

PUCRS

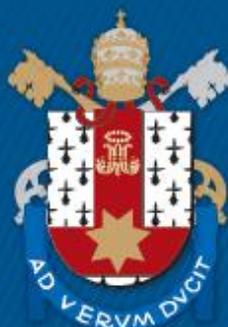
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

CLARISSA CONSTANT DE CONSTANT

ENTRE MITOS E VERDADES: O Impacto do Discurso Bolsonaroista na Política de Assistência Social

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

CLARISSA CONSTANT DE CONSTANT

**ENTRE MITOS E VERDADES: O Impacto do Discurso Bolsonarista na Política de
Assistência Social**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestra pelo Programa de
Pós-Graduação do Curso de Serviço Social,
Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi

PORTO ALEGRE

2023

Ficha Catalográfica

C757e Constant, Clarissa Constant de

Entre mitos e verdades : o impacto do discurso bolsonarista na política de assistência social / Clarissa Constant de Constant. – 2023.

88.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi.

1. Análise Crítica do Discurso. 2. Discurso Bolsonarista. 3. Política de Assistência Social. 4. Pandemia de COVID-19. I. Grossi, Patrícia Krieger. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

CLARISSA CONSTANT DE CONSTANT

**ENTRE MITOS E VERDADES: O IMPACTO DO DISCURSO BOLSONARISTA NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre(a) pelo Programa
de Pós-Graduação do Curso de Serviço Social,
Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi – PUCRS

Marlúbia Corrêa de Paula – UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus - BA

Beatriz Gershenson

PORTO ALEGRE

2023

Dedico esse trabalho para minha mãe, meu mais belo girassol. E, para minha eterna professora e amiga, Gleny Guimarães, que plantou sonhos para que eu colhesse este fruto.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos: Dias de Sol

O grande passeio na vida terrena só se torna bonito e divertido, quando há pessoas queridas e amadas trilhando o caminho conosco, ajudando a descobrir novas rotas, segurando nossas mãos durante as subidas e descidas, assim como mostrando as belezas e possibilidades encontradas ao longo do trajeto. Partindo disso, agradeço aqui as pessoas que, de alguma forma, foram raios de sol nessa linda e tão sonhada caminhada, chamada mestrado.

Primeiramente, agradeço a Deus por permitir que esse sonho se realizasse. Porém, pausas e mudanças nos planos foram necessárias para que eu pudesse adquirir outros aprendizados. Confesso que foi uma didática difícil e desafiadora, mas que novamente me fortaleceu e me reconectou fortemente com a fé e com os meus. Obrigada Pai por tudo.

À minha mãe Carmen Constant, minha melhor e maior amiga, pessoa que deu aula sobre o que escola alguma ensina, pois me mostrou na prática, através de sua história de vida, o quanto somos fortes e capazes de lutar por aquilo que queremos, sem ferir o outro. Além de sempre estender sua mão amiga quando estamos precisando de uma. Obrigada mãe, por tudo e por tanto! Te amo muito!

Ao meu pai Anselmo Constant, que mesmo não estando mais nesse plano, foi estímulo e alegria. Chego a te ouvir dizer, cheio de orgulho: "A guria é mestra!" ou "Mas, *tchê*, tu deves isso a tua mãe.". Que saudade, meu pai!

Ao meu irmão Giovani, meu potinho de amor e afeto. Um dos seres mais carinhosos que conheço, meu parceiro de banho de piscina e guloseimas.

À minha irmã Mireille, minha *JBL* no último volume. Obrigada mana, por toda preocupação, cuidado e zelo comigo, é maravilhoso saber que quando a coisa aperta e válvulas se rompem, posso contar contigo. Amo vocês, meus irmãos!

Ao meu cunhado/irmão Marco, eterna gratidão por sempre estar ao meu lado, seja para me levar às provas e concursos, por cuidar da minha mãe como fosse dele, por fazer minhas vontades ou para curtir aquele pagodinho. Amo tu!

Às minhas “de fé” Giulia e Isabela, minhas sobrinhas amadas, meus maiores exemplos de seres humanos, minhas alegrias, amigas e confidentes. Amo vocês num nível que palavra alguma seria capaz de expressar, só posso afirmar que tudo o que faço também é por vocês.
#éasguria

Às minhas filhas de quatro patas e muitos pelos Nina e Frida. Como é maravilhoso ter o amor delas em tempos tão sombrios, que deixaram esse trajeto mais leve. Nina, com sua doçura trazendo amor e paz para o coração; e Frida, com suas travessuras e inquietude, lembrando diariamente a importância de se divertir e tentar novos rumos.

À minha família, que de alguma forma, me apoiou e torceu para que o roteiro dessa viagem fosse concluído com sucesso, minhas tias, tios, primos e prima. Vocês são demais.

Não teria como deixar de mencionar minhas amigas e comadres, Karina e Mariany, que além de suas fiéis amizades, me presentearam com duas lindas e espertas afilhadas, Alicia e Kauanne. Obrigada pela confiança.

Agradeço também aos outros raiozinhos de sol que encontrei ao longo desse passeio. João Vitor Bittencourt, Jaqueline Esperotto, Christian Kotoman, Gabriela Gamermann, Ketlin Rodrigues, Giovane Scherer, David Mantalof, Malu Schuh, Idilia Fernandes e Ines Amaro, Esdras Tavares. Adoro vocês demais!

A Jéssica Braz, minha amiga amada desde a infância. A vida fica mais colorida e doce com tuas palavras carinhosas e abraços afetuosos. #minhajeca

Paola, minha parceira de projetos e ideias. Gateira como eu, foi fantástico ter conhecido essa mulher cheia de personalidade e conhecimento. Quando tudo era incerto ela pegou minha mão, segurou, levou e portas se abriram. Love You, Paolita.

Agradeço imensamente a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, por estar sempre de portas abertas para mim, não apenas para agregar conhecimentos, mas também vivências, possibilitando que eu conseguisse surfar em ondas que antes eram inimagináveis.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Aproveito esse momento para agradecer a CAPES, pela bolsa concedida, o incentivo à pesquisa brasileira contribuiu para que esse sonho fosse realizado.

Quero agradecer as grandes e brilhantes estrelas que conheci no mundo acadêmico. Ao Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Teorias do Discurso – GEPsT, o qual tive a honra de participar mais da metade do período de mestrado. Especialmente, para minha eterna professora e grande amiga Gleny Guimarães, que contribuiu para despertar a minha paixão pela pesquisa ainda na graduação, quando fui bolsista de iniciação científica. Gratidão por acreditar em mim, por embarcar comigo em minhas viagens e ser minha bússola. #tamojunto

A Priscilla Rohmann, minha irmã de outras vidas. Que surpresa maravilhosa ter te encontrado nesse passeio em que pudemos compartilhar nossos passeios anteriores e todos os outros que ainda pretendemos fazer. Obrigada por estar sempre ao meu lado apoiando, buscando referências e me escutando com atenção e carinho. #desistirnãoeúmaopção

A Fernanda Isadora, minha eterna aluninha que em momentos vira professora. Não imaginas o quanto tuas perguntas e inquietações em sala de aula contribuíram para o meu aprendizado, sou muito feliz por ter te conhecido e hoje ser tua colega de mestrado. Gratidão por pela amizade que floresce cada dia mais.

Ao Toulouse, meu parceiro de pesquisa, análises e van Dijk. A apreensão pelo conhecimento se potencializou depois que o conheci. Obrigada pela parceria, longas conversas e amizade.

Meu eterno agradecimento ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Violência – NEPEVI por ter me acolhido nessa turbulenta reta final. E, principalmente, a minha orientadora, Patrícia Krieger Grossi, por todo conhecimento compartilhado. Obrigada Pati, pela escuta sensível, apoio e por não soltar minha mão quando me senti perdida e sozinha.

Gratidão também a potente banca examinadora dessa dissertação, composta por duas excelentes professoras, Marlúbia Corrêa de Paula e Beatriz Gershenson.

Marlúbia, se torna complexo colocá-la em palavras, por ser um misto de coisas boas, conhecimento, sabedoria, luz, paz, teoria, prática e leveza. Esses elementos serviram como inspiração e estratégia para acertar o caminho desse passeio.

Bia, como carinhosamente a chamo, circula com maestria entre a elegância e a simplicidade. Ser leve e chique, com uma generosidade sem fim, fala e compartilha seu vasto conhecimento, mas também sabe a hora de silenciar e aprender, postura que só grandes sábias possuem. Sempre nos lembrando das delícias da vida e de sabermos desligar. Obrigada Bia, por tanto.

Às vezes, prefiro falar com os trabalhadores da construção do que com essas pessoas estúpidas que se denominam cultas.

Frida Kahlo

RESUMO

Desde dezembro de 2019 estamos vivenciando a maior crise sanitária da humanidade, com milhares de mortes no mundo, sendo 691 mil somente no Brasil (BRASIL, 2022). Direcionando especificamente para a realidade nacional, o nosso país passa por um período de negacionismo frente à pandemia de COVID-19, em que o ex-presidente Jair Bolsonaro minimizou a potencialidade do vírus, além de não incentivar a adesão à vacinação por conta de interesses políticos e econômicos. Para além disso, o governo Bolsonaro (jan.2019 - dez.2022) apresentava uma agenda neoliberal que contribuiu fortemente para o desmonte das políticas públicas, fazendo com que as desigualdades sociais já existentes se agravassem e, com isso, as inúmeras expressões da questão social, como a fome, o desemprego, a dificuldade de acesso a saúde e a educação, a precarização do trabalho, a violência doméstica, entre outras, fossem potencializadas. Posto isso, o presente estudo analisou se os desafios para o Serviço Social, na operacionalização da política de assistência social e no contexto de pandemia, estavam relacionados com o discurso do governo Bolsonaro. A partir disso, busca-se contribuir com subsídios para o fortalecimento da rede e da gestão dessa Política. Para tanto, realizou-se de uma revisão bibliográfica e de um roteiro de entrevista semiestruturado, com amostra intencional de sete Assistentes Sociais, trabalhadoras da rede de proteção básica no município de Porto Alegre e atuantes durante o período de pandemia. Os dados coletados foram analisados a partir da análise crítica do discurso, na perceptiva de van Dijk, pela qual constatou-se que são significativas as inferências que os discursos do governo Bolsonaro ocasionaram na práxis profissional de Assistentes Sociais, atuantes na rede de proteção básica de Porto Alegre. Por fim, o discurso do governo bolsonarista, o qual segue a lógica do capital, acabou acentuando ainda mais o conservadorismo, o que contribui fortemente para o aumento das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso, Discurso Bolsonarista, Política de Assistência Social, Pandemia de COVID-19, Trabalho do Assistente Social.

ABSTRACT

Since December 2019, we have been experiencing humanity's biggest health crisis, with thousands of deaths in the world, with 691,000 in Brazil alone (BRASIL, 2022). Directing specifically to the national reality, our country is going through a period of denialism in the face of the COVID-19 pandemic, in which former president Jair Bolsonaro minimized the potential of the virus, in addition to not encouraging adherence to vaccination due to personal interests. political and economic. In addition, the Bolsonaro government presented a neoliberal agenda that strongly contributed to the dismantling of public policies, causing the already existing social inequalities to worsen and, with that, the innumerable expressions of the social issue, such as hunger, unemployment, the difficulty of accessing health and education, the precariousness of work, domestic violence, among others, were enhanced. That said, the present study analyzed whether the challenges for Social Work, in the operationalization of the social assistance policy and in the context of a pandemic, were related to the Bolsonaro government's discourse. From this, we seek to contribute with subsidies to strengthen the network and the management of this Policy. To this end, a bibliographical review and a semi-structured interview script were carried out, with an intentional sample of seven Social Workers, workers in the basic protection network in the city of Porto Alegre and active during the pandemic period. The collected data were analyzed from the critical analysis of the speech, in van Dijk's perspective, through which it was found that the inferences that the Bolsonaro government's speeches caused in the professional practice of Social Workers, active in the basic protection network of Porto Alegre. Finally, the discourse of the Bolsonarist government, which follows the logic of capital, ends up accentuating even more conservatism, which strongly contributes to the increase in social inequalities.

Keywords: Critical Discourse Analysis, Bolsonarista Discourse, Social Assistance Policy, COVID-19 Pandemic, Social Work Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percurso metodológico da pesquisa	24
Figura 2 - Perfil das Entrevistada	26
Figura 3 - Percurso da pesquisa	28
Figura 4 - Caminho da Análise dos Dados	29
Figura 5 - Endogrupo e Exogrupo	62
Figura 6 - Estratégias de Fortalecimento	67
Figura 7 – Análise de Discurso em Van Dijk	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Medidas necessárias para o atendimento à população usuária

69

LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDICA/ RS	Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
COVID-19	Corona Vírus Disease
EPIs	Equipamentos de Proteção Individuais
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
GPST	Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Teorias do Discurso
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MP	Medida Provisória
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PDU	Plano de Desenvolvimento do Usuário
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RedODSAL	Observatório das Metrôpoles e o Observatório da Dívida Social na América Latina
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNINTER	Centro Universitário Internacional

SUMÁRIO

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS: O JARDIM BRASIL VISTO DA JANELA	16
1.1 ANALISANDO O JARDIM: PROCESSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	22
2 VISITA AO JARDIM: PRIMEIRAS IMPRESSÕES	31
2.1 EXPLORANDO O TERRITÓRIO: CONTEXTO POLÍTICO NO BRASIL E A PANDEMIA DE COVID-19	31
2.2 UM JARDIM PARA TODOS? O DISCURSO BOLSONARISTA E O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19	36
2.3 ESPELHO D'ÁGUA: ACESSO AO DISCURSO PÚBLICO E OS MODELOS MENTAIS	40
3 RECONSTRUÇÃO: JARDIM BRASIL PRECISA DE ATENÇÃO	46
3.1 "É SEMPRE UMA LUTA": A OFENSIVA NEOCONSERVADORA E A PRÁXISPROFISSIONAL	46
3.2 CERCAS VELHAS: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO BENESSE	51
3.3 "O BALCÃO DE NEGÓCIOS E O BALCÃO DE BENEFÍCIOS" DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	55
4. ALMEJANDO A ESTAÇÃO DAS FLORES: UM NOVO JARDIM BRASIL	59
4.1 O GRAMADO ESTÁ MAIS VERDE? DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE PROTEÇÃO BÁSICA DE PORTO ALEGRE	59
4.2 NOVAS TRILHAS: OS VERDADEIROS MITOS	63
4.3 CORES NO JARDIM: POSSIBILIDADES DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REDE PROTEÇÃO BÁSICA	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: JARDIM EM CONSTANTE MANUTENÇÃO	71
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE A –TERMO DE CONSCIENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	79
APÊNDICE B – APROVAÇÃO DA COMISSÃO CIENTIFICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	81
APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	82
APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	85

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS: O JARDIM BRASIL VISTO DA JANELA

A idealização desse estudo emerge da trajetória de experiências profissionais e pessoais da pesquisadora com a Política de Assistência Social. O primeiro contato com o assunto ocorreu durante o processo de formação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), entre os anos de 2014 e 2018. Já a aproximação com a temática iniciou durante o estágio curricular em Serviço Social, em que foram realizadas representações junto ao Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul (CEDICA/RS).

Após a graduação, foi realizado o curso de especialização em Política de Assistência Social no Centro Universitário Internacional (UNINTER), que possibilitou maior aprofundamento do tema e, principalmente, acarretou o interesse em continuar ampliando os conhecimentos.

Ao concluir o curso de especialização, houve o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS e, concomitante, a participação no Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Teorias do Discurso (GPST). A participação no grupo de pesquisa, possibilitou o conhecimento e aprofundamento sobre a Análise Crítica do Discurso (ACD), embasada nos estudos de Teun Adrianus van Dijk (2015), em particular no que se refere ao abuso de poder. Para Van Dijk (2015, p. 88-89):

O abuso de poder não apenas envolve o abuso de força, por exemplo, em uma agressão de policiais contra jovens negros, e pode não resultar meramente no cerceamento da liberdade de um grupo específico, mas também, e de modo crucial, pode afetar as mentes das pessoas.

Para além disso, o entendimento de como se manifestam as diversas possibilidades de poder, permitiu conhecer “fantásticos jardins”, que proporcionaram momentos de reflexões pessoais e contemplações do horizonte. Assim, é possível considerar que a pesquisadora se constitui por uma série de marcadores sociais, sendo mulher, com deficiência, cadeirante, que faz uso de apenas uma das mãos para digitar e com dificuldade de dicção. Esses marcadores, em distintos momentos da vida, fizeram com que o seu acesso ao discurso fosse limitado e, com isso, presenciasse diferentes situações de abuso de poder.

[...] nas conversações do dia a dia, pode haver padrões de acesso culturalmente diferentes baseados na idade, no sexo, na classe, no nível de educação ou em

outro critério que define dominância e discriminação; mulheres podem ter menos acesso que homens; negros, menos que brancos; jovens, menos que adulto (DIJK, 2015, p. 91).

Para além disso, o processo de escrita dessa dissertação passou por constantes transformações. Não apenas no sentido teórico, uma vez que é extremamente relevante o aprofundamento sobre a temática que se propõe estudar, mas também pelo perverso desmonte das políticas públicas e sociais, especialmente, da política de educação.

Recentemente, alguns programas de pós-graduação de universidades gaúchas foram encerrados e acarretaram inúmeras demissões de professores e funcionários, sob alegação de impactos da crise. No contexto do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, ao qual a autora se vincula, destaca-se a demissão da antiga orientadora deste trabalho.

Tal realidade impactou profundamente nas percepções de futuro da pesquisadora, uma vez que almeja seguir carreira acadêmica, desejando dar sequência aos estudos por meio do doutorado. Esse desejo surge dado à relevância do papel da ciência para a sociedade, além de ter em suas orientadoras grande referencial na docência, em especial ao que se refere aos estudos da análise crítica do discurso.

Com o intuito de tornar a escrita deste trabalho mais leve e prazerosa para a autora, de modo que seja mais atrativa para os leitores, faz-se analogias com um passeio a um jardim público. A escolha dessa analogia se dá pelo desejo de homenagear a antiga orientadora, que ao longo de sua jornada profissional plantou diversas sementes (sonhos) em seus(suas) ex-alunos(as), resultando em lindos florescimentos.

Para tanto, cabe destacar que estudar a política de assistência social num contexto tão adverso é andar em um jardim abandonado, repleto de desafios e incertezas que emergiram no golpe de 2016 e acarretaram significativos cortes orçamentários cujos impactos atingem diretamente à política de assistência social, principalmente com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 95¹. Tais cortes e, conseqüentemente, seus impactos foram ampliados com o agravamento da crise econômica e social no período pandêmico.

Assim, visando contribuir com a produção de conhecimento quando a ciência é fortemente atacada e com o intuito de subsidiar o fortalecimento da política de assistência social, durante o perverso desmonte das políticas públicas, vislumbra-se fazer esta escrita, o

¹ Emenda Constitucional, instituída em 2016, que limita por 20 anos os gastos públicos. A PEC do Teto dos Gastos determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

que torna ainda mais desafiadora tal caminhada pelo jardim. Nesse sentido, salienta-se que o tempo dos acontecimentos são recentes, alguns deles ainda em curso, encontram-se em constantes oscilações e em uma pluralidade de possibilidades existentes.

A fim de fazer uma breve contextualização do momento em que se debruçou sob esse tema, na sequência destacam-se alguns elementos. Desde 2019, os anos seguintes, são mundialmente atípicos, marcados por um fato histórico, a pandemia de Corona Vírus Disease (COVID-19). Em dezembro de 2019, a COVID-19 (doença respiratória causada pelo agente coronavírus) surge na China, provocando milhares de mortes por ser um vírus de ampla disseminação e de fácil contágio, principalmente pelas vias aéreas, o que rapidamente se torna uma pandemia.

A pandemia de COVID-19 chegou no Brasil em março de 2020, gerando a ampliação da crise sanitária, em que ficou evidente a falta de orientações aos profissionais diante do desconhecido, assim como a insuficiência de equipamentos e insumos hospitalares para atender o aumento da demanda ocasionada pela pandemia. Para além disso, a pandemia contribuiu para intensificar a crise política já existente no país.

Entendemos que a crise política se agravou a partir da conduta do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que insistiu em minimizar a gravidade do vírus, pois ele se mostrou preocupado apenas com as questões econômicas, bem como desconsiderou as orientações dos órgãos internacionais de saúde para o enfrentamento do Coronavírus, pois conforme é possível recortar do pronunciamento do ex-presidente: “Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão. (BRASIL..., 2020, s/p)”.

Tal postura, ligada a interesses políticos, dificultou uma fala coesa e consistente entre os governantes e o Ministério da Saúde, apresentando contradições e dificuldade de acesso à informação verídica pela população, que por sua vez teve grandes desafios em saber como proceder durante a pandemia. É de conhecimento que as estratégias mais eficazes de controle à disseminação do Coronavírus consistem no distanciamento social, no uso de máscaras e na higienização das mãos. Assim, percebeu-se que a adoção destas estratégias pela população foi prejudicada pelas informações desencontradas.

A partir deste contexto de crise Sanitária e Política, a crise humanitária já existente no modo de sistema capitalista, em especial em países periféricos, como o Brasil, se agravou.

Nesse sentido, observa-se o quanto as desigualdades sociais ficaram mais evidentes, potencializando as inúmeras expressões da questão social, como a fome, o desemprego, dificuldade de acesso a saúde e a educação, precarização do trabalho, violência doméstica e sexual, entre outras.

A pandemia de Covid-19 acelerou o agravamento da crise social e econômica no Brasil. De abril de 2020 a abril de 2021, estima-se que 377 brasileiros perderam o emprego por hora; no pior momento da crise, quase 1.400 brasileiros foram demitidos por hora e o Brasil registrou recorde de 14,4 milhões de desempregados em abril de 2021. Quase 600 mil empresas faliram, prejudicando sobremaneira os indicadores de emprego no país. Os programas destinados a garantir o emprego foram mal implementados e promoveram condições de trabalho precárias para jovens e grupos vulneráveis". (NASCIMENTO, 2022, s/p, [on-line]).

Diante dessa realidade, surge a inquietação em saber quais os desafios encontrados pelo Serviço Social, na operacionalização da política de assistência social, na rede de proteção básica durante a pandemia de COVID-19, no período de 2020 a 2022. Além disso, busca-se compreender se os desafios encontrados pelos (as) trabalhadores (as) estão relacionados com o discurso ideológico do governo Bolsonaro.

Compreende-se aqui, o discurso como toda expressão escrita, simbólica, visual ou concreta, que expresse algum tipo de significado para a constituição das relações sociais, ou seja, as relações de poder para ACD. Adotamos, enquanto objeto de análise de discurso, a teoria de Van Dijk, pois de alguma maneira expressa uma “[...] forma de dominação, que resultam em desigualdade e injustiça social” (VAN DIJK, 2015, p. 10).

O autor menciona que o poder social geralmente é indireto e age por meio da sociocognição, e que esse poder exercido só acontece através de bens que são socialmente valorizados, como posição, *status*, autoridade, riqueza, privilégios, habilidades, posição, ou simplesmente por pertencimento. Importa ressaltar que há algumas possibilidades que contribuem para que os agentes do poder sejam poderosos, entre elas estão: a política; econômica; educação; tribunais, ou algum contexto específico (VAN DIJK, 2015).

Partindo dessas possibilidades, percebe-se que os meios de controle são diversos e que ocorrem a partir de determinada posição superior a um grupo socialmente menos valorizado. Um dos elementos que determina a posição de cada grupo, é o seu acesso às várias formas de discurso, isso significa que, quanto menor o acesso, maior a necessidade de ficar em silêncio durante os eventos comunicativos de pessoas poderosas.

Vale ressaltar que a persuasão dos discursos ocorre através de modelos mentais. De acordo com Dijk (2015), os modelos mentais são de natureza pessoais, têm funções relevantes nos grupos, assim como perpassam por dimensões individuais, fruto de experiências, que ficam marcadas na memória. Dijk (2015, p. 87) ressalta que: “Os modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências. Num certo sentido, eles são as nossas experiências se assumirmos que experiências são interpretações pessoais daquilo que acontece conosco”.

Ao pensar em abuso de poder a partir da ACD, precisamos compreender que não estão envolvidos apenas o abuso de força, como no caso da agressão a João Alberto Silveira Freitas, o Nego Beto, de 40 anos, espancado até a morte por dois vigilantes no estacionamento do supermercado Carrefour, na Zona Norte de Porto Alegre (MENDONÇA, 2020), que, de modo crucial, pode afetar as mentes das pessoas. Dijk (2015), refere também a importância de analisarmos a posição de quem ocupa as interações comunicativas.

Para quem dirige essa agressão, talvez o modelo mental que o conduz, tenha na morte de uma pessoa uma razão de preocupação que pode ser entendida por outras pessoas como um aviso. No entanto, no modelo mental do agressor não existem as experiências pertencentes ao modelo mental do agredido, pois no agir do vigilante foi instituído de certa forma, o poder de agressão.

É nesse trânsito entre os acontecimentos diários naturais a vida cotidiana e as situações que expressam fatos como o acima descrito, que precisamos voltar aos termos da Constituição de 1988, como marco extraordinário na efetivação da Assistência Social como direito, compondo a Seguridade Social junto com a Previdência Social e a Saúde. A partir disso, realiza-se uma síntese do seu processo de construção, discorrendo sobre o quanto ela é essencial em situações de calamidade pública e o quão árdua se torna a sua operacionalização.

A política de Assistência Social foi regulamentada em 1993, por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que é amparada por uma Política Nacional de Assistência Social (PNAS), tendo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a concretização de seu objetivo, por meio da efetivação da Política de Assistência Social. Conforme a Política Nacional da Assistência Social, a Proteção Social Básica tem como objetivos:

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo

acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento– (BRASIL, 2005, p. 33).

Além disso, apresenta o desenvolvimento de projetos, programas e serviços para convivência e socialização de famílias em vulnerabilidade social. Para tanto, nesta pesquisa utiliza-se o conceito de “vulnerabilidade social” abordado

[...] os eventos que vulnerabilizam as pessoas não são apenas determinados por aspectos de natureza econômica. Fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência...), ou vinculados à violência, ao território, à representação política dentre outros, também afetam as pessoas. Segundo Francisco de Oliveira, as situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas (as subjetividades) lidam com as perdas, os conflitos, a morte, a separação, as rupturas–(ALMEIDA, 2006, pg. 2).

A partir da compreensão sobre a relevância da Política de Assistência Social para a sociedade e de uma análise crítica da realidade, torna-se indispensável o aprofundamento em relação aos impactos da pandemia no que tange à realização dos atendimentos à população usuária. A falta de equipamentos de proteção individuais (EPIs²) e treinamento para os trabalhos desenvolvidos nos serviços do SUAS impactaram na operacionalização da política, conforme relata a Assistente Social Kelly Melatti, em entrevista para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):

Os/As trabalhadores/as do Suas contam, tristemente, muitas vezes, com informações da mídia comum de como usar os EPIs, como se o uso doméstico fosse compatível com o uso por parte de profissionais que trabalham 6 horas seguidas em serviço de convivência para população em situação de rua, por exemplo... Estudos da FGV (2020) indicam que 87,02% de trabalhadores/as da assistência social não receberam nenhum tipo de treinamento para o trabalho na pandemia e, então, de novo, recai sobre o/a trabalhador/a a responsabilidade individual por busca de informações - nem sempre as mais adequadas - que, minimamente, respaldem o seu trabalho- (CFESS, 2020, s/p [on-line]).

Além da falta de EPIs, outro fator que impacta na vida dos usuários é a necessidade do isolamento social. O isolamento social fez com que muitos dos serviços oferecidos, que devem ser materializados junto aos usuários que acessam à política como forma de resistência frente à

² Equipamento de Proteção Individual - EPI é todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.

vulnerabilidade e risco social, ocorressem de maneira remota, através da necessidade de conexão com a internet. No entanto, parte da população que necessita desses serviços não possui acesso a essas tecnologias e/ou conhecimento quanto ao uso dessas ferramentas. Conforme relata a assistente social Mariana Hora em depoimento para o CFESS:

A pandemia nos trouxe a proposta de podermos pensar e efetivar novas formas de atuação com pessoas com deficiência nos cuidados multiprofissionais em todas as áreas – saúde, assistência, lazer, cultura”, reforça. Entretanto, só faz sentido se as pessoas com deficiência e suas famílias tiverem acesso e conhecimento às novas tecnologias, à internet, dentre outras ferramentas. (CFESS, 2020, s/p).

Desse modo, evidencia-se a relevância de um estudo científico que contribua com o planejamento de estratégias de operacionalização da política de assistência social, uma vez que se tem a finalidade de fomentar o fortalecimento da política, inclusive em situações de calamidade pública.

Frente a isso e visando discorrer sobre este estudo, cabe uma explicação acerca das analogias realizadas ao longo desse trabalho. O **jardim** representa a sociedade brasileira e toda sua diversidade; o **responsável** pelo jardim, em determinado período cronológico, se refere ao ex-presidente Jair Bolsonaro; a **Lama** representa o desmonte das políticas públicas; os **Trabalhadores do jardim** entenda-se como assistentes sociais atuantes na política de assistência social; e o **Guia** é arcabouço teórico da política de assistência social.

A sessão a seguir apresenta as etapas teórica-metodológicas para o desenvolvimento deste estudo.

1.1 ANALISANDO O JARDIM: PROCESSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

As reflexões e compreensão da teoria de Dijk serviram de estímulo para a idealização desta pesquisa, que visa contribuir com o reconhecimento das formas de abuso de poder. Fato que ocorreu por meio do acesso ao discurso público, especialmente, para os (as) trabalhadores (as) da rede proteção básica durante a operacionalização da política de assistência social. Para tanto, utiliza-se o aporte teórico da análise crítica do discurso baseado em Dijk, para o Serviço Social.

Já, a relevância da pesquisa é percebida a partir da análise dos desafios encontrados pelo Serviço Social durante a operacionalização da política de assistência social, no município de

Porto Alegre, por meio da perspectiva dos (as) trabalhadores (as) dos serviços de proteção básica, no período de 2021 a 2022.

Cabe ressaltar que essa pesquisa foi financiada com bolsa oriunda da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diante disso, considera-se oportuno exaltar a importância desses fomentos para a continuidade da pesquisa brasileira, pois sem esses subsídios muitos(as) brasileiros(as) não teriam acesso aos programas de pós-graduação privados para, inclusive a autora dessa dissertação.

A relevância desse estudo é marcada pela contribuição acadêmica, uma vez que as buscas na plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no período de março de 2020 a março de 2022, encontraram apenas duas dissertações que abordam a pandemia pelo viés da saúde, ou seja, nenhuma referente à política de assistência social. Cabe destacar que pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no mês de abril de 2022, ainda não haviam produções acerca da operacionalização da política de assistência social no contexto pandêmico, o que ressalta a importância desta pesquisa.

Posto isso, parte-se para a apresentação dos aspectos que corroboram com a construção estrutural dessa dissertação, cujo **problema de pesquisa** tem o seguinte questionamento: Quais os impactos do discurso do governo Bolsonaro na operacionalização dos serviços ofertados pela rede de proteção básica durante a pandemia de COVID-19, tendo em vista o desmonte das políticas públicas?

O **objetivo geral** desse estudo visa analisar se os desafios encontrados pelo Serviço Social na operacionalização da política de assistência social no contexto de pandemia estão relacionados com o discurso do governo Bolsonaro, de modo a contribuir com subsídios para o fortalecimento da rede e com a gestão dessa Política.

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, foram propostos os seguintes **objetivos específicos**: a) Conhecer como o Serviço Social se articulou para atender as demandas apresentadas pela população usuária, no período de pandemia de COVID-19; b) Analisar como ocorreu a operacionalidade da rede de proteção básica durante o período de pandemia; c) Verificar como se efetivaram os serviços de atendimento às famílias durante a pandemia de COVID-19; d) Compreender se existiu ou não inferência do discurso do governo Bolsonaro, no exercício profissional dos (as) assistentes sociais nos Centros de Referência em Assistência Social.

Diante disso, as **questões norteadoras** que orientaram essa pesquisa são: a) Como o Serviço Social se organizou para garantir a realização e a qualidade dos serviços ofertados pela rede de proteção básica?; b) De que forma foram realizados os atendimentos durante a pandemia?; c) Quais as mudanças efetuadas nos atendimentos às famílias, pelos (as) assistentes sociais na rede de proteção básica em Porto Alegre, devido a pandemia de COVID-19?; Como as ações do governo Bolsonaro no enfrentamento à crise sanitária impactaram no trabalho dos(as) assistentes sociais na rede proteção básica?

E, para sintetizar esses elementos, construiu-se a imagem a seguir:

Figura 1 – Percurso metodológico da pesquisa



FONTE: Elaborado pela autora, 2022.

A metodologia segue o método dialético crítico, que contempla de modo articulado as categorias da totalidade, historicidade, mediação e contradição. A pesquisa é do tipo qualitativa, que se caracteriza por ter caráter qualitativo. Esse método de pesquisa conjuga atividades específicas que possuem aspectos comuns e auxilia a compreender a realidade social em que se materializa a temática pesquisada, de forma global, observando-a em seu contexto, visando não incorrer em equívocos de interpretação (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, a pesquisa se caracteriza por ser um estudo exploratório.

A análise documental refere-se ao tratamento de documentos considerados primários, os quais ainda não receberam tratamento analítico (GIL, 1991). O autor ainda ressalta que os documentos podem ser exclusivos, ou seja, sem qualquer tipo de tratamento analítico, como por exemplo, documentos oficiais, decretos, cartas, diários etc. ou também aqueles documentos que, de alguma forma, já foram analisados, como relatórios de pesquisas e dados estatísticos.

Nesse sentido, buscou-se os decretos e portarias emitidas pelo governo federal e/ou pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), referentes aos atendimentos e operacionalização da rede de proteção básica, no período de março de 2020 a fevereiro de 2022. Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito da temática proposta, que subsidiou a pesquisa de campo.

Diante disso, para a coleta de dados em campo, foram privilegiadas instituições de serviços de proteção básica, especificamente dez Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), do município de Porto Alegre. Como critérios de inclusão para amostra, do tipo não probabilística intencional, foram considerados 22 CRAS, do município de Porto Alegre, que realizam atendimentos para a população durante o período de pandemia, que por sua vez foram escolhidos mediante sorteio. Como sujeitos de pesquisa, tivemos sete Assistentes Sociais, convidados (as) para participar de forma voluntária, que atuaram durante a pandemia de Covid-19 e que demonstraram interesse em participar desta pesquisa através de entrevistas. Diante disso, realizou-se análise das sete entrevistas. A escolha pelo método de entrevistas justifica-se no embasamento das autoras Lewgoy e Silveira (2007, p. 249), uma vez que “[..] a entrevista

possibilita aos envolvidos contar e desvendar histórias através do uso da linguagem e do seu sentido, compreender as experiências e os significados a elas dados”.

Assim, as entrevistas foram realizadas no período compreendido entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022. As evidências e relatos das participantes serão apresentadas neste estudo através de uma codificação, a fim de preservar o anonimato quanto à identidade destas. A codificação é a seguinte: CNOA.1; CLII.1; CLII.2; CR5.1; CR5.2 CP.1; CP.2.

Destaca-se que ao analisar discursos não devemos esquecer quem fala; local de fala e o contexto em que se fala. Assim, apresenta-se de forma breve o perfil das entrevistadas, a partir de dados que contribuíram para a análise do material de coleta, garantindo o anonimato das participantes.

Nesse sentido, as entrevistas aconteceram com sete **mulheres**, sendo **quatro brancas e três negras**; em relação ao **tempo de atuação na PNAS**, **quatro** dessas sete mulheres tinham entre 12 e 14 anos, e **três** mulheres estavam entre 3 e 6 anos, atuando na política de assistência social; no tocante a **forma de contratação** dessas trabalhadoras, **quatro** delas são via regime estatutário³ (funcionárias públicas) e **três** através de parcerizações⁴, Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Esses dados são elementos que mesmo de forma indireta, repercutem no material coletado nesse estudo. Para facilitar a visualização desses dados, elaborou-se o seguinte esquema:

Figura 2 –Perfil das Entrevistadas

³ Regime Estatutário: Destinado a trabalhadores concursados.

⁴ Parcerização: Parcerias de serviços públicos com organizações da sociedade civil.



FONTE: Elaborado pela autora, 2022.

Ao aprofundar na teoria de Dijk constatou-se a potência da contribuição da ACD no estudo do tema proposto nessa pesquisa. Diante dos tempos obscuros que vivemos, podemos perceber o impacto do discurso nas relações, assim como na lacuna das desigualdades. O autor considera que na ACD não existe obrigatoriamente um método pronto para ser usado, pois “Não quero que os colegas ou estudantes ‘me sigam’ – uma espécie de servilismo acadêmico que eu considero incompatível com uma atitude crítica.” (DIJK, 2005, p. 35). Frente a isso, destaca-se que o interesse da ACD está no papel em que o discurso ocupa em abuso e reprodução do poder, pois essa análise “Centra-se em problemas sociais, e especialmente no papel do discurso na produção e reprodução do abuso de poder ou da dominação. [...]”-(DIJK, 2005, p. 36).

Apesar de a origem da ACD relacionar-se com estudos da linguística, Guimarães e De Paula apontam:

[...] a ACD não se restringe a este campo, pois o discurso se situa na relação entre sociedade e práticas sociais, entre texto e contexto; isso significa que o discurso terá sentido a partir das relações que se estabelecem com as estruturas extralinguísticas e sociais, a partir de uma abordagem interdisciplinar: (GUIMARÃES; DE PAULA, 2022, pg.167).

Assim, o pesquisador torna-se fundamental para elucidar como estruturas discursivas aparecem nas relações de poder, de dominância, gênero, discriminação, classe social, entre outras. Posto isso, apresenta-se a seguir os elementos que guiaram essa pesquisa:

Figura 3 – Percurso da pesquisa



FONTE: Elaborado pela autora, 2022.

O ponto de partida para a análise dos dados foram as falas das entrevistadas participantes da pesquisa e, posteriormente, a relação com as falas e/ou ações do governo Bolsonaro, que trouxessem a materialização dos relatos das entrevistas. Por fim, dialogou-se com os dispositivos teóricos de Dijk, conforme ilustra a imagem:

Figura 4 – Caminho da Análise dos Dados



FONTE: Elaborado pela autora, 2022.

O intuito desta dissertação foi trazer uma conexão entre a teoria de Dijk e a prática profissional de assistentes sociais da rede de proteção básica do município de Porto Alegre, valorizando ao máximo as falas de todas as mulheres trabalhadoras que disponibilizaram um tempo em suas agendas para participar desta pesquisa.

Para tanto, cabe salientar que no capítulo 3 serão apresentadas mais evidências das falas da entrevistada CNOA1, uma vez que ela possuía uma longa trajetória profissional na política de assistência social, o que possibilitou elucidar de forma mais detalhada a realidade enfrentada pelo Serviço Social no contexto pandêmico e assim fazer conexões com o centro do debate do capítulo. No decorrer dos demais capítulos, serão apresentadas as falas das outras entrevistadas, que, de forma incontestável, complementaram de maneira contundente os relatos trazidos por CNOA1. Assim, as análises partiram das conexões viáveis de modo a contemplar os objetivos propostos nesse estudo.

Posto isso, o presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, compreendendo o primeiro deles, esta introdução. O **segundo capítulo, intitulado "Visita ao jardim"**, tem por objetivo lembrar o contexto político do Brasil no período em que a pandemia de Covid-19 chega ao país, a fim de possibilitar uma melhor compreensão dos fatos da época. Além disso, busca-se provocar uma reflexão acerca dos perversos ataques que as políticas públicas têm sofrido durante a era bolsonarista, direcionando o diálogo e atenção para o processo histórico e atual da conjuntura que permeia a política de assistência social no Brasil, assim como a sua operacionalização.

No **terceiro capítulo, cujo título é "Reconstrução"**, nos dedicamos a identificar as múltiplas manifestações de discurso do governo Bolsonaro, através do seu acesso ao discurso público. Identifica-se também os desafios encontrados pelos (as) assistentes sociais perante os atuais retrocessos das políticas públicas. Discorrendo sobre a ofensiva neoconservadora e os entraves da atuação profissional na rede de proteção básica, em especial nos CRAS, em que se pretende mostrar o quanto o discurso ideológico, por meio de modelos mentais, pode interferir em diversos aspectos, inclusive na compreensão do papel de determinada política pública.

No **quarto capítulo, chamado de "Almejando a estação das flores"**, dialoga-se sobre a realidade do Serviço Social na rede de proteção básica de Porto Alegre, desvendando os desafios encontrados pelos (as) trabalhadores (as), exalta-se os movimentos de resistência da categoria para garantir a qualidade dos atendimentos, em consonância com o projeto ético-político da profissão, bem como, busca-se elucidar a importância desses (as) profissionais em situações de calamidade pública. Por fim, são apresentadas as **considerações finais** deste estudo, que evidenciam as possíveis estratégias de fortalecimento da política de assistência social na rede de proteção básica, desvendadas mediante a análise realizada.

Na sequência, elencam-se as referências que deram suporte para o desenvolvimento dos diálogos. Para finalizar, apresentam-se os apêndices referentes aos instrumentos de coleta de dados e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Apêndice A - e os anexos, que dizem respeito às cartas de autorizações institucionais para o desenvolvimento da pesquisa, assim como, a aprovação da Comissão Científica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Apêndice B - e o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Apêndice C, quanto ao desenvolvimento desta pesquisa.

A seguir daremos início ao nosso emocionante e desafiador passeio ao Jardim Brasil.

2 VISITA AO JARDIM: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Iniciando nossa visita ao jardim, nos direcionaremos para o entendimento dos impactos que a pandemia causou no contexto político, social e econômico no Brasil. Já adiantamos que o trajeto nos leva a uma grande tempestade, em que será necessário compreender o desmonte das políticas públicas e seu real significado no governo Bolsonaro. Posteriormente, para verificarmos os danos na trilha, é preciso resgatar a história da política de assistência social no país, para que, então, possamos compreender a situação do solo a fim de dialogarmos sobre o impacto do discurso bolsonarista e analisarmos criticamente o seu posicionamento político.

2.1 EXPLORANDO O TERRITÓRIO: CONTEXTO POLÍTICO NO BRASIL E A PANDEMIA DE COVID-19

Essa sessão tem por objetivo conhecer o território em que se caminha. Para tanto, faz-se necessário compreender qual era o contexto político, social e econômico, em 2020, momento que a pandemia de COVID-19 chega ao Brasil, assim como seus impactos no sistema público de saúde. Ademais, circulamos sobre as desigualdades sociais aprofundadas pelo contexto pandêmico.

Diante disso e com profunda tristeza, constata-se que o Brasil, com toda sua pluralidade, diversidade e riqueza, não seja só flores, cores e frutos, constitui-se também um solo fértil, em que as desigualdades sociais crescem mais aceleradamente que ervas daninhas. Desigualdades essas que se ampliaram de maneira espantosa pela crise política e a COVID-19.

A desigualdade social é a característica mais marcante e conhecida da sociedade brasileira o que, evidentemente, torna mais dramático os impactos da pandemia, principalmente porque ela nos atinge em um momento particularmente preocupante de crescimento do desemprego, queda de renda e de encolhimento das proteções sociais. A combinação entre crise política e econômica experimentada pelo país nos últimos anos abriu espaço para a implementação de propostas que espreitavam o Brasil há tempos: a desregulamentação de direitos e o desmonte de políticas públicas que visam à seguridade social. (ALMEIDA, LÜCHMANN; MARTELLI, 2020, p 21-22).

Para além disso, é importante lembrar que, desde o golpe parlamentar de 2016 (com o apoio do empresariado, judiciário e grande mídia), um momento de inflexão (DEMIER, 2017), avança a passos largos rumo à exacerbação do neoliberalismo, com aprofundamento das

contrarreformas e privatizações. A eleição de 2018 quebrou o “ovo da serpente” e alçou ao poder um governo de extrema direita, ultraneoliberal e neofascista. (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, pg.70).

O contexto apresentado contribuiu para o agravamento da situação econômica do país, que mesmo antes da pandemia já não estava bem e com ela houve o acréscimo das expressões da questão social.

A conjuntura ultraneoliberal e ultraneoliberal e ultraneoliberal têm repercutido diretamente na vida dos sujeitos e suas famílias. A pandemia de Covid-19 evidenciou e aprofundou expressões da questão social e desigualdades presentes na sociedade brasileira, requisitando a intensificação da intervenção das políticas sociais junto às famílias.-(GUIMARÃES, 2021, pg. 218).

Contudo, vale ressaltar que a relevância de políticas sociais é inerente aos dias atuais, diante de um cenário neoliberal. A década de 80 do século XX foi marcada por conquistas democráticas, como a carta Constitucional de 1988, que traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira, incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993). A assistência social como política social pública, inicia seu trânsito para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, uma vez que constitui-se como política pública, direito do cidadão e dever do Estado.

A Constituição Federal de 1988 define o papel do Estado como protagonista frente às políticas sociais, ao assumir suas responsabilidades, e ampliar o reconhecimento da luta por direitos no seio da sociedade brasileira. A partir disso, concebeu-se os direitos das crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, ou seja, conquistas foram realizadas nas diversas áreas, com a implantação de políticas públicas nas áreas da Assistência Social, Saúde, Educação e no que se refere a segmentos como Pessoa com Deficiência, Crianças e Adolescentes e Idosos.

Além disso, cabe mencionar que legislações específicas derivaram da Constituição, entre elas: o Estatuto da Criança e Adolescente (lei nº 8069, de 13 de julho de 1990), a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993), a Política Nacional da Pessoa Idosa (lei 8842, de 4 de janeiro de 1994) e a Política Nacional para Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999). Portanto, a partir da Constituição de 1988, as políticas sociais e políticas públicas se tornam um direito do cidadão,

não mais um benefício, competindo ao próprio Estado garantir o acesso de todos os cidadãos. Conforme Art 6º, da Constituição: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, [Online]).

Assim, a tentativa de implantar o *welfarestate* no Brasil em meados dos anos 90 do século passado é tardia, pois surge quando o país inicia a adoção do sistema neoliberal. Este modelo ganhou força e visibilidade no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) que deu ênfase à política econômica em detrimento da política social, que era vista como um problema para seus fins lucrativos. Por consequência, a população brasileira sofreu com a redução e restrição dos direitos conquistados a partir da Constituição, uma vez que os orçamentos para políticas sociais foram reduzidos com o objetivo de adaptação à lógica do capital.

Uma das primeiras reformas do Estado, sob orientação neoliberal, foram as privatizações das políticas públicas. Essa reforma consistia na focalização das políticas sociais, ou seja, o acesso aos serviços pelas pessoas mais pobres era assegurado, entretanto, as demais parcelas da população precisavam buscar os serviços privados para suprir suas necessidades. Assim, houve redução dos custos para o Estado. Outra estratégia do Estado Neoliberal foi à regulamentação do terceiro setor, que contribuiu para o surgimento de organizações privadas sem fins lucrativos, visando que estas suprissem uma demanda que era de responsabilidade do Estado. Logo, o Estado passou a descentralizar parte de suas obrigações.

Um dado importante é a divisão entre a elaboração das políticas sociais e sua execução. No referido período, competia ao Estado elaborar as políticas sociais, assim não haveria políticas públicas que pudessem prejudicar seus interesses e os recursos, não investidos no setor público, eram destinados para o mercado financeiro, resultando assim em políticas sociais de baixa qualidade e sem efetividade, que não atendiam as demandas da sociedade. Sendo assim, mesmo assegurada por lei, a materialização da política de assistência social acontecia lentamente por conta da necessidade do Estado de articular interesses em prol do capital.

Posteriormente, o Estado brasileiro, com o governo bolsonarista, vivenciou um forte desmonte das políticas públicas, que visava favorecer os interesses do capital financeiro privado. A chegada da pandemia ao país em 2020 ocorreu em meio a uma crise econômica grave, em que o Brasil caminhava rumo ao mapa da fome, com gastos públicos congelados e,

consequentemente, mais precarização das políticas sociais e privatização de serviços, além de uma reforma da Previdência que exterminava os direitos trabalhistas. A negação da gravidade do COVID-19 pelo governo Bolsonaro fez parte de uma estratégia governamental, que resultou em inúmeras mortes, especialmente, da população mais vulnerável.

Com isso, durante a nossa caminhada de conhecimento do jardim percebemos o tanto de **corantes** artificiais que foram usados nas flores para que o jardim continuasse atraindo visitantes, gerando lucro, ainda que fosse prioritariamente necessário tratar o solo que estava doente, provocando a morte de várias plantas e flores. Isso nos faz refletir acerca dos desafios que os (as) trabalhadores do jardim – assistentes sociais - enfrentaram durante a pandemia.

Em um país que é marcado por severas desigualdades de classe, raça/etnia e de gênero, é evidente que a crise não iria impactar a todos (as) da mesma forma. Mais uma vez, ela atingiu os segmentos populacionais menos valorizados.

Quando no início do ano de 2020 a pandemia Covid-19 se disseminou no planeta, encontrou a sociedade humana mundial com um panorama de desigualdades sociais muito acentuadas. São desigualdades sociais múltiplas: econômicas, educativas, de gênero, étnico-raciais; desigualdades no trabalho, nas liberdades, nos direitos, de cidadania, e outras--(COSTA, 2020, p. 4).

Podemos notar a intensificação dessas desigualdades na fala da entrevistada CP ao relatar sobre os desafios encontrados pelo Serviço Social para atender as demandas apresentadas durante a pandemia, especificamente em relação ao aumento da fome: *“Nós estamos desde o início da pandemia lutando para que haja um espaço, um serviço da política da prefeitura, para segurança alimentar que pudesse estar absorvendo todas essas demandas, com relação ao alimento”* (CP, 2022).

Para além disso, outras trabalhadoras mencionaram a falta de orçamento para a assistência social, que impactou diretamente no atendimento à população usuária. Conforme expressou CR5.1 em um trecho da entrevista: *“Porque a gente não tem uma continuidade de projetos de ações, a gente não tem um orçamento definido - para área da assistência -, tudo que veio agora nesse período pandêmico, ele veio através de projetos e de programas muito curtos e espaços muito curtos de tempo”*. (CR5.1, 2022). A falta de orçamento mencionada reflete em uma série de questões, como a inexistência de um espaço apropriado para a realização dos atendimentos durante a pandemia.

O efetivo funcionamento do CRAS é imprescindível para o desempenho de suas funções e oferta com qualidade de serviços socioassistenciais. Constituem alguns dos elementos a serem observados para o funcionamento do CRAS: seu espaço físico, período de funcionamento e sua identificação. A preocupação com esses itens deve-se ao fato de que o SUAS pretende superar a prática da assistência social como uma política pobre, destinada aos mais pobres, por meio de ações pobres, ofertadas em unidades pobres. (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2009, pg.47).

Apesar de haver uma regulamentação, na prática os (as) trabalhadores (as) contam com espaços inadequados para os atendimentos, mesmo que exista a necessidade de salas adequadas para garantir o sigilo profissional e qualidade dos atendimentos à população. Conforme as Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) constituem-se como Direitos das Famílias Usuárias do CRAS:

- de conhecer o nome e a credencial de quem o atende (profissional técnico, estagiário ou administrativo do CRAS);
- à escuta, à informação, à defesa, à provisão direta ou indireta ou ao encaminhamento de suas demandas de proteção social asseguradas pela Política Nacional de Assistência Social;
- **a dispor de locais adequados para seu atendimento, tendo o sigilo e sua integridade preservados;**
- de receber explicações sobre os serviços e seu atendimento de forma clara, simples e compreensível;
- de receber informações sobre como e onde manifestar seus direitos e requisições sobre o atendimento socioassistencial;
- a ter seus encaminhamentos por escrito, identificados com o nome do profissional e seu registro no Conselho ou Ordem Profissional, de forma clara e legível;
- **a ter protegida sua privacidade, dentro dos princípios e diretrizes da ética profissional, desde que não acarrete riscos a outras pessoas;**
- **a ter sua identidade e singularidade preservadas e sua história de vida respeitada;**
- de poder avaliar o serviço recebido, contando com espaço de escuta para expressar sua opinião;
- a ter acesso ao registro dos seus dados, se assim o desejar;
- a ter acesso às deliberações das conferências municipais, estaduais e nacionais de assistência social (MDS, grifo nosso, 2009, ~~pg.~~ p. 14).

Em relação a isso, a trabalhadora ~~CLH~~ relatou com certa angústia, em entrevista que: *“Eu falo da estrutura física lá do nosso CRAS que onde a gente atende também é uma sala que não tem sigilo, e isso é muito grave e mexe muito comigo e com minhas colegas. Para entender uma pessoa, tu precisa de uma sala com sigilo.”* (CLII, 2022).

Assim, conforme exposto nessa sessão, pode-se perceber que um dos principais desafios encontrados pelo Serviço Social na rede de proteção básica no período de pandemia foi a falta de espaços apropriados para os atendimentos, não apenas pela importância do sigilo profissional, mas também, pelo distanciamento social recomendado para conter a disseminação do vírus. Com isso, é evidente o quanto esses desafios perpassam a lógica ultraneoliberal e conservadora do governo Bolsonaro.

Observa-se, também, no bolsonarismo, outros caminhos de recrudescimento das políticas sociais tendo por foco os grupos historicamente perseguidos. Em nome da família e de Deus, setores ultraconservadores, em sua maioria vinculados às igrejas cristãs, tomam o parlamento para a manutenção de suas hierarquias sociais de diferença: homem, branco, de meia idade, heterossexual e cristão, em sua maioria, orgânico ao fundamentalismo religioso. Essa estrutura de poder é sedimentada pelo patriarcado, o racismo, a misoginia, a xenofobia, o cisheterossexismo, a LGBTQIfobia e tantas outras opressões que, na esfera do impacto na cultura popular, contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais, disparidades de gênero e [genocídio](#) das chamadas minorias (DUARTE; SILVA; BARROS, 2021, [pg. p. 188-189](#)).

Nesses minutos de caminhada encontramos alguns obstáculos, resultantes da "chuva" dos dias anteriores, que trouxeram consigo fortes ventos e [mataram](#) uma parte significativa do jardim. Na próxima sessão seguimos a caminhada para conhecer o gramado do jardim.

2.2 UM JARDIM PARA TODOS? O DISCURSO BOLSONARISTA E O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19

Logo no início da nossa caminhada encontramos o gramado com bastante lama, com um cruel desmonte das políticas públicas. E para demonstrar os fortes ventos que passaram pelo jardim, estruturamos essa sessão da seguinte maneira: uma breve retomada acerca das políticas públicas, com a compreensão do conceito de política pública, especialmente a partir de Potyara Pereira; os ataques aos direitos sociais provocados pelo governo de Bolsonaro; exemplificação desses ataques com o congelamento de gastos, especificamente pela PEC 95; demonstração dos desmonte das políticas públicas através da extinção de programas e conselhos; conceituação de conservadorismo pela perceptiva de Keller (2019) e a evidência de como ele está presente na proposta do governo Bolsonaro.

Um dos personagens mais importantes do nosso passeio está sendo o guia, que nos apresentou a política de assistência social. Para isso, faremos uma síntese acerca do resgate

histórico dessa política no Brasil e do sistema único de assistência social, entendendo suas funcionalidades, com o intuito de contemplar a relevância da política de assistência durante a pandemia de COVID-19.

Historicamente, a Política da Assistência Social foi considerada uma política que precisa contemplar todas as expressões da questão social, ou seja, ela assumia as demandas que as outras políticas não conseguiam dar conta. Essa característica justifica a visão tida até hoje de que a referida Política é assistencialista. Salienta-se que, mesmo com a criação da Política Nacional da Assistência Social, em 2004, ainda havia muita confusão sobre o seu papel.

Esse problema, em parte, foi resolvido pela Resolução, nº 109, de 11 de novembro de 2009, denominada Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Esse documento determina quais serviços devem ser executados pela política de assistência social, descrevendo-os, estabelecendo quem são os usuários a serem atendidos, os objetivos e as provisões (ofertas institucionais, como ambiente físico, horários, recursos entre outros) essenciais para o serviço.

Também define os objetivos dos serviços para os usuários, determinando a sua efetividade e resultados, além dos impactos esperados.

A Proteção Social Básica possui três serviços:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio é destinado para Pessoas com Deficiência e Idosas, bem como para suas famílias. Apesar de ser realizado no domicílio, necessita de conhecimento profissional para observar e compreender os arranjos dessa família, seus vínculos e seu percurso. Para tanto, orienta-se que esse trabalho seja sistematizado e elaborado por meio de um instrumento chamado Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU), para observação, planejamento e acompanhamento das atividades realizadas.

Contudo, o acesso às políticas públicas está diretamente relacionado com as condições de trabalho no Brasil, conforme expressam BOSCHETTI e BEHRING:

A condição do trabalho no Brasil determina o acesso a duas das principais políticas sociais que compõem a seguridade social e são as únicas que garantem acesso a benefícios monetários mensais: a Previdência Social, vinculada ao trabalho formalizado ou a uma contribuição direta feita mensalmente pelos(as) trabalhadores; e a assistência social, canalizada para

pessoas pobres sem condições de trabalhar por idade ou incapacidade por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que atingia 4,7 milhões de idosos e pessoas com deficiência em 2019, ou para famílias miseráveis sem trabalho, por meio do Bolsa Família, que alcançava 14,2 milhões de famílias nesse ano (aproximadamente um em cada cinco brasileiros[as]). (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, ~~pg.~~ p. 75).

Com a apresentação do guia sobre a história do jardim, algumas coisas começam fazer sentido. As informações e conhecimentos adquiridos nessa caminhada nos permite compreender o porquê nem todas as flores e plantas têm e/ou necessitam do mesmo tratamento.

A partir da pandemia de COVID-19 e a política de governo de Bolsonaro, o índice de desemprego no Brasil aumentou consideravelmente e impactou diretamente na demanda da política de assistência social, especialmente da rede de proteção básica. Conforme relata a participante CP2:

“Principalmente neste ano, que a gente vê questões sendo divulgadas pela mídia, agora, nesse auxílio que ele quer agregar, o novo Auxílio Brasil para adolescentes do ensino médio, então eles saem divulgando na mídia essa informação para quem está buscando orientação e atendendo o usuário, ela acaba chegando bem depois” (CP2,2022).

Esse é um ponto importante para atentar, pois a manipulação propiciada pela fala da elite simbólica desencadeia a desigualdade social através do discurso. Jair Bolsonaro é quem possui o acesso privilegiado a esse discurso, em que evidencia seus modelos mentais em uma ideologia que passa a ser defendida ou criticada pela população.

Esse discurso é propagado através de outra grande elite simbólica: a grande mídia. A partir de seus próprios métodos de análise dos discursos, consegue manipular as informações, a fim de privilegiar seus próprios interesses, de forma que os meios de comunicação de massa sejam tomados como "criadores de opinião".

Esta é uma questão importante. No caso do novo Auxílio Brasil, a população recebe o discurso de que ele está disponível, basta acessar. Com isso, a população passa a assumir a informação como uma verdade absoluta. Essa "opinião formada", no caso sobre o novo Auxílio Brasil, pode levar a crer que ele está estabelecido, em vigor, que será acessado com facilidade, ou ainda, que não teria nenhuma mudança ou impacto para aqueles que já recebiam o benefício anteriormente, o que não é o caso.

Neste caso, a manipulação do discurso fica evidente, pois quando as pessoas procuram informações sobre o funcionamento do novo Auxílio, não há um suporte consolidado uma vez

que se trata ainda de uma discussão e não de uma verdade absoluta. É neste sentido que a desigualdade social aparece, pois para ter acesso à informação é preciso ter acesso ao discurso, e nem todas as pessoas possuem o mesmo privilégio, seja por questões sociais, financeiras, de disponibilidade ou por falta de acesso à internet e aparelhos tecnológicos. Conforme Dijk (2015, p. 237): “Uma análise mais profunda de dominação, definida como abuso de poder, requer o acesso especial aos (ou o controle sobre) recursos sociais escassos. Um desses recursos é o acesso [...]”.

Quando discussão é divulgada como sendo decisão: um enredo proposital para iludir o povo e desestabilizar o atendimento social. Sendo assim, identificamos o abuso de poder tanto do governo Bolsonaro quanto das grandes mídias que, através do acesso ao discurso público e do controle das informações, contribuem para o aumento das desigualdades sociais.

Considerando que há o acréscimo das desigualdades sociais e um limite no acesso às políticas sociais, é necessário ter em mente que

[..] a política social que vigora mundialmente, tenha sofrido uma forte guinada para direita já que foi apropriada pelo ideário neoliberal triunfante e submetida, até os dias de hoje, aos seus desígnios. Em vista disso, uma primeira tendência da política social contemporânea a ser demarcada, é o da sua *direitização* (PEREIRA, 2008, pg. p. 19).

Em uma visão mais específica, cabe mencionar que a política neoliberal também atinge diretamente a relação de gastos que o Estado mantém com as necessidades essenciais da sociedade civil. Sendo assim, compreende-se que os gastos públicos do governo neoliberal com educação, previdência social e outras ações de cunho assistencial devem ser reduzidos ao máximo. Nessa lógica, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 95 pode ser caracterizada como uma ponte para o passado, já que rompe com o pacto social estabelecido pela Constituição Federal de 1988, pois ignora as conquistas históricas da população brasileira na luta por direitos sociais (REINHOLZ, 2018).

Para além do impacto na vida da população usuária dessas políticas, tais medidas refletem diretamente na prática profissional de (as) trabalhadores (as) atuantes nas políticas. Conforme relato da entrevistada quando discorre as condições de trabalho no contexto pandêmico: “*Como tu vai fazer política, se está congelada? O meu salário hoje, é o meu salário que eu tinha lá em 2002, para tu ter uma ideia. Eu estou falando de vinte anos de política, vinte anos passaram, entendeu?*” (CLII.2,2022).

Neste mesmo sentido, a entrevistada menciona que: *“As condições são péssimas, os desafios são muitos. A gente tem poucos recursos, a gente tem pouco diálogo, tu é por último na assistência, a gente trabalhou nesse período pandêmico assim, no amor mesmo”*. (CR5.1, 2022).

Posto isso, percebe-se que as consequências destas medidas afetam a população de modo geral, impactando tanto os (as) usuários (as) dessas políticas, como atingindo os (as) trabalhadores (as) que atuam com tais políticas. Da mesma maneira em que, infelizmente, a pandemia da covid-19 não escolheu raça, religião ou classe social ao contaminar grande parte do Brasil e do mundo, as políticas públicas não escolhem um único público, pois devem estar disponíveis de modo equitativo a toda a sociedade.

A seguir, continuaremos nosso passeio em busca da compreensão dos discursos e o que são os modelos mentais que impactam no florescimento de alguns seres do jardim, bem como, na atuação dos (as) trabalhadores (as) do jardim.

2.3 ESPELHO D'ÁGUA: ACESSO AO DISCURSO PÚBLICO E OS MODELOS MENTAIS

Essa sessão tem como objetivo conhecer e compreender as várias formas de discurso. Para tanto, continuaremos nossa caminhada, sem tirar os olhos do destino, que é o impacto do discurso bolsonarista no âmbito do Serviço Social. Assim, abordaremos alguns dos dispositivos teóricos de Dijk (2015) que corroboram para essa compreensão.

O **discurso** são todos os meios de expressão ou comunicação entre as pessoas, que podem ocorrer de maneira escrita, simbólica, visual ou de qualquer outra forma, desde que carreguem uma mensagem ou um significado para algo ou alguém. Os discursos são formados a partir de **modelos mentais** construídos a partir da cognição social humana, ou seja, o discurso e, por sua vez, os modelos mentais, são formalizados a partir de crenças que são socialmente compartilhadas.

É possível identificar o processo discursivo sendo operado persuasivamente através de modelos mentais, uma vez que o alcance aos modelos mentais é mediado pelos detentores do acesso ao discurso, perpassando interesses individuais. Conforme Dijk (2012, p. 94) “Os modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências. Num certo sentido, eles são as nossas experiências se assumirmos que experiências são interpretações pessoais daquilo que acontece conosco”.

Por exemplo, existem modelos mentais que compartilham ideias sobre a luta das mulheres ou sobre o combate ao racismo e, pelo discurso, podem surgir aqueles que são contra

ou a favor dessas ideias. Resumindo, para Dijk (2006) os modelos mentais são construções muito poderosas e algumas investigações têm mostrado que eles existem independentemente de estarem envolvidos em situações discursivas

Por fim, a **ideologia** pode ser compreendida como os modelos mentais se tornam enraizados e passam a ser seguidos ou perseguidos pela sociedade. Mantendo o raciocínio, teríamos a ideologia feminista, as teorias raciais que até hoje se utilizam do mito da superioridade racial ou, pelo contrário, se utilizam do contexto histórico para combater o racismo estrutural. Como os discursos são formados a partir de crenças socialmente compartilhadas, essas crenças precisam ser transmitidas de alguma forma à sociedade. Nesse momento surge o **acesso ao discurso público**, esse acesso é desigual e se dá por quem possui o maior controle sobre a informação, como os meios de comunicação de massa ou pessoas que possuem posições de prestígio frente ao público, como professores, políticos, entre outros.

O acesso pode ser analisado em termos de tópicos ou referentes do discurso, ou seja, sobre quem se escreve e/ou se fala. Podemos supor que, como acontece com outros recursos sociais, mais acesso – de acordo com esses vários papéis dos participantes – corresponda a mais poder social. Em outras palavras, *as medidas de acesso ao discurso podem ser indicadores bastante confiáveis de poder de grupos sociais e de seus membros*” (DIJK, 2015, p. 90).

A exemplo disso, o noticiário discursivo sobre acontecimentos que o público geral não tem acesso por si só; os professores discursam sobre conteúdos específicos de suas áreas de ensino e que os alunos desconhecem ou não possuem total entendimento, e assim por diante. Esses detentores do acesso ao discurso público são chamados de **elite simbólica**, pois são eles que compartilham as principais crenças sociais e que reforçam as ideologias existentes. Por possuírem esse acesso, há a possibilidade de controlarem a informação, determinando quais ideologias ou discursos querem compartilhar com a sociedade, com o objetivo de ganhar mais apoiadores ou opositores de suas falas.

[...] as elites simbólicas detêm um grande controle sobre o modo de influência exercida por meio dos gêneros, dos tópicos, das argumentações, dos estilos, da retórica ou da apresentação da escrita e da fala pública, o poder simbólico delas é considerável, embora exercido dentro de um conjunto de limitações (DIJK, 2015, p. 47).

De forma geral, é como se as elites simbólicas fossem “criadoras de opinião”, em que as pessoas se alimentam das ideologias que lhes são compartilhadas, para que a partir delas constituam seu discurso sobre determinado tema. Por fim, cabe um exemplo objetivo sobre isso: existe um discurso estabelecido nos desenhos em que as muitas vezes, as princesas são representadas como belas, magras, brancas e boas, enquanto as vilãs são geralmente feias, gordas, negras ou de qualquer outra cor que não seja a branca.

Essas descrições, entre outras, constroem/construíram os modelos mentais presentes na sociedade atual. Para além disso, essas construções advêm da elite simbólica que se põe a criar características ideais, modelos a serem buscados/seguidos.

Esse discurso reforça uma ideologia existente de que as mulheres boas são brancas, bonitas e magras enquanto as gordas ou negras são consideradas feias e fora do padrão, ou que pessoas com deficiência são incapazes. Isso acentua as crenças compartilhadas entre a sociedade e com isso o racismo, capacitismo e a gordofobia se desenvolvem com mais força e, nesse caso, principalmente nas crianças que são o principal público-alvo do exemplo mencionado.

Agora que apresentamos de forma sintética alguns dos conceitos de Dijk, pretendemos exemplificar através dos relatos das entrevistadas e conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro, como esses conceitos se materializam nos desafios do cotidiano profissional.

Em 22 de janeiro de 2021, o ex-presidente Jair Bolsonaro desdenhou da vacina Coronavac, dizendo que “[...] não há nada comprovado cientificamente sobre essa vacina aí”, fazendo referência a Coronavac. O imunizante tem eficácia global de 50,4%, segundo o Instituto Butantan, responsável pela fabricação do imunizante no Brasil”. (QUEIROZ, 2022, s/p).

Posteriormente, em 11 fevereiro de 2021, data em que o país contabilizava 236.201 mortes, o então presidente falou: “O cara que entra na pilha da vacina é um idiota”. A declaração foi realizada durante transmissão nos perfis das redes sociais de Bolsonaro: “Quando eu falei remédio lá atrás, levei pancada. Nego bateu em mim até não querer mais. Entrou na pilha da vacina”, disse. E completou: “O cara que entra na pilha da vacina, só a vacina, é um idiota útil. Nós devemos ter várias opções” (QUEIROZ, 2022, s/p).

A postura do ex-presidente Bolsonaro em relação à vacina, influência de forma significativa nos atendimentos realizados pelos (as) trabalhadores (as) assistentes sociais da rede de proteção básica, conforme relata CP2 em entrevista. Ao ser questionada sobre os

impactos das ações do governo Bolsonaro no trabalho de assistentes sociais, a entrevistada responde:

“Tanto é que a gente tem usuários idosos que ainda são resistentes à questão da vacina. Então usando essa questão da vacinação de exemplo, que isso é algo que impacta até nas ações e impacta no atendimento. Porque daí esses usuários que não foram então vacinados, eles até não podem retornar com atividades coletivas. Então, impacta sim.”. (CP2,2022).

Através desse relato, identifica-se um dos dispositivos teóricos abordados por Teun van Dijk, a **manipulação**.

Como proposto, a manipulação é uma prática comunicativa e interacional na qual um manipulador exerce controle sobre outras pessoas, normalmente contra a vontade e interesses delas. No uso cotidiano, o conceito de manipulação tem associações negativas — manipulação é *ruim* porque é uma prática que viola as normas sociais (DIJK, 2015, p. 234).

Nesse sentido, podemos pensar da seguinte forma: O ex-presidente Jair Bolsonaro assume a posição de elite simbólica devido ao seu cargo político, que possui grande impacto por ser de alcance nacional e internacional enquanto representante de um país importante como o Brasil. Ou seja, através de sua posição política, Bolsonaro evidencia um discurso que é carregado de um modelo mental pessoal do ex-presidente, mas que acaba se transformando em uma ideologia, logo um exemplo de discurso a ser seguido por toda uma nação.

Seja através de suas próprias falas ou do noticiário das grandes mídias - que também possuem o poder de acesso ao discurso como elite simbólica - Bolsonaro acaba, mesmo que indiretamente, adquirindo uma gama de seguidores de seus ideais, que transformam seus modelos mentais pessoais em ideologias nacionais.

Por fim, é através disso que surge a manipulação pelo discurso, pois não é qualquer um discursando: era o ex-presidente da República, ou seja, a partir de sua fala, existe uma parcela de pessoas que confiam, reproduzem ou compartilham de sua ideologia por acreditarem que o que estão vendo, lendo ou ouvindo é uma verdade absoluta.

Quando Bolsonaro critica a vacinação, há uma posição pessoal implícita nisso, ou seja, um modelo mental. Ao discursar esta informação, esse modelo mental se reproduz como ideologia não só do então presidente, mas como do governo como um todo. A partir do acesso ao discurso como elite simbólica, por fim, sua ideologia é reproduzida e compartilhada pela

população, gerando um grande público que também critica a vacinação ou que passa a defender outros métodos para combater o coronavírus. Porém, é importante lembrar que a crítica à vacinação não é apenas uma posição pessoal exclusiva de Bolsonaro, isso perpassa também pelos apoios dos fundamentalistas evangélicos que rejeitaram a vacina por conta de suas crenças religiosas, e assim, forneceram o apoio político ao ex-presidente Bolsonaro.

Os evangélicos utilizam-se do apelo religioso, dizendo que Deus está conosco, passando a ideia de que se houver fé, não irá contrair o vírus, e de outro o apelo econômico, que se as pessoas ficarem em casa para conter a circulação do vírus, a economia irá quebrar. E com isso, fortaleceram o discurso do governo bolsonarista.

Dessa forma, o ex-presidente Bolsonaro e seus aliados discursaram utilizam-se da fé, que foi a necessária para muitas pessoas frente as inseguranças acrescidas pela pandemia, em setores importantes para uma vida digna. Também fizeram uso da situação econômica do país, para encorajar as pessoas a saírem para trabalhar, desrespeitando as medidas necessárias de prevenção e propagação do vírus.

A manipulação é um fenômeno social – especialmente porque ela envolve interação e abuso de poder entre grupos e atores sociais — é um fenômeno cognitivo, porque a manipulação sempre implica a manipulação das mentes dos participantes, e é um fenômeno discursivo-semiótica, porque a manipulação é exercida através da escrita, da fala e das mensagens visuais. (DIJK, 2015, pg. 236).

Tais aspectos evidenciam que a manipulação é possível por conta do acesso ao discurso público, que é dirigido às massas. Ou seja, é necessário compreender a manipulação como um fenômeno social, pois parte das relações e do abuso de poder de um grupo sob outro, neste caso do abuso de poder do governo Bolsonaro.

Dijk (2015), afirma que o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também por meio dos modelos sociocognitivos, que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais. Observa-se que o discurso se aplica através das opiniões, crenças e da memória das pessoas em relação à determinada situação. Percebe-se então que é feito o uso de elementos que irão captar maior aceitação.

Em outro trecho da entrevistada CR5.1, ao falar sobre as ações do governo Bolsonaro no enfrentamento à crise sanitária, mencionou que: *“Eu vejo o governo do Bolsonaro, assim, em si já é um desgoverno, as bobagens que ele fala ele só faz um desserviço para a população,*

enfraquece muito nossa parte, acredito que a parte da assistência, da saúde, da segurança.” (CR5.1, 2022).

Ainda discorrendo sobre o mesmo assunto CP falou que: *“Então assim, foi a falta de informação sobre o próprio vírus, um governo que diz que não é nada, que é só uma “gripezinha”* (CP,2022). Conforme Queiroz:

Em 9 de março de 2020, quando já haviam 25 casos confirmados de covid19 no país, mas o número de mortes ainda era zero, o presidente, durante uma viagem aos Estados Unidos afirmou: "Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas". No final daqueles mês, quando o Brasil já registrava as primeiras 11 mortes, Bolsonaro mencionou por duas vezes o termo “gripezinha”, como aponta a jornalista Vitória Queiroz “Presidente afirmou que não seria uma “gripezinha” que o derrubaria depois de ter sido esfaqueado em 2018. Também usou o termo em pronunciamento no dia 24 de março” (QUEIROZ, 2022, s/p).

Diante de tantos pronunciamentos e discursos, realizou-se uma busca na internet acerca das manifestações públicas do ex-presidente Bolsonaro sobre a pandemia. O resultado desta busca expressa que, vergonhosamente, foram encontradas mais de 200 frases citadas e repetidas, em eventos, lives e até em pronunciamentos oficiais. Ao longo desse estudo citamos algumas das frases que foram proferidas pelo ex-presidente Bolsonaro. Salienta-se que a fonte utilizada foi uma reportagem de Ribeiro (2021), visto que alguns dos vídeos de redes sociais foram removidos pela equipe do ex-presidente Bolsonaro após a péssima repercussão.

3 RECONSTRUÇÃO: JARDIM BRASIL PRECISA DE ATENÇÃO

Buscando novas rotas, este capítulo visa compreender as desigualdades sociais acrescidas pelo discurso bolsonarista através da análise crítica do discurso. Entendendo esses impactos, a imensidão de nosso jardim nos provoca novamente a pensarmos como o acesso ao discurso público e o local de fala do ex-presidente afetam as percepções da sociedade sobre a realidade das desigualdades e das políticas de assistência. Ao anoitecer, refletiremos à luz da lua, analisando os modelos mentais construídos por esses discursos e como eles possibilitam o abuso de poder. Por fim, enfrentaremos vendavais, que serão necessários para pensarmos como o Serviço Social está "varrendo contra o vento" visando enfrentar esse discurso político e o desmonte das políticas públicas.

3.1 "É SEMPRE UMA LUTA": A OFENSIVA NEOCONSERVADORA E A PRÁXISPROFISSIONAL

Diante de um contexto de precarização das políticas públicas e desmantelamento dos direitos sociais conforme dialogado nos capítulos anteriores, o (a) assistente social tem um grande desafio: fazer o enfrentamento da realidade junto com a população usuária. Compreende-se que os (as) assistentes sociais têm como objeto de trabalho a questão social, produzida e reproduzida pela sociedade capitalista, que se expressa por meio de diversas manifestações como: violências, fome, pobreza, entre outras. Assim, a questão social é fruto da contradição da relação "capital x trabalho". Referente à questão social, Iamamoto afirma que "[...] é ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional" (IAMAMOTO, 2000, p. 61).

O (a) assistente social desenvolve sua ação profissional intervindo em suas múltiplas expressões. Diante disso, é possível dizer que os (as) profissionais se encontram em um ponto de tensão localizado entre a "produção da desigualdade e a produção de rebeldia e resistência" (IAMAMOTO, 2000, p. 28), esse processo é inerente ao modo de produção capitalista. A produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000).

Desta forma, compreende-se que muitas violações de direitos vivenciadas pela população e alargadas no contexto pandêmico são resultantes do modo de produção capitalista, que tem um impacto significativo nas trajetórias de vida dos sujeitos de forma drástica. Sendo assim, entende-se que o (a) assistente social é o (a) profissional que tem o compromisso de fazer o enfrentamento desta realidade.

O (a) assistente social desenvolveu seu trabalho diante de um cenário atípico devido a pandemia de COVID-19, que é repleto de intensas disputas, oriundas dos interesses do capital, em meio às desigualdades sociais. Nesse cenário, o Projeto Profissional do Serviço Social assume um compromisso com a classe trabalhadora e com as camadas mais empobrecidas e estigmatizadas da sociedade, em prol do enfrentamento das desigualdades sociais, para a promoção e acesso aos direitos e à viabilização de processos emancipatórios. Conforme Netto:

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2006, p. 15).

O Serviço Social é uma profissão interventiva, exercida com base nas dimensões, ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa, bem como desenvolve o seu trabalho na perspectiva da garantia dos direitos da população. Segundo Yamamoto (2000), é por meio da força de trabalho, que é a atividade humana; pelo objeto de trabalho, que é a matéria a ser trabalhada; os instrumentais e o resultado da intervenção, é que se desenvolve a intervenção profissional.

O objeto do Serviço Social é a questão social, que pode ser compreendida como a contradição existente na relação capital *versus* trabalho, gerando desigualdades e resistências (IAMAMOTO, 2000). A profissão de Serviço Social, por ser eminentemente interventiva, busca fazer o enfrentamento das desigualdades sociais e potencializar as resistências criadas, a partir dos movimentos da população. Para isso, o (a) assistente social se vale de um arsenal de técnicas e instrumentos, por exemplo, entrevistas, visitas domiciliares, observação, atendimento

individual e coletivo. Tais meios visam identificar as demandas de cada situação, a fim de potencializar as formas de enfrentamento ou fomento. (IAMAMOTO, 2000).

Muitos desses instrumentos, como as visitas domiciliares e os atendimentos coletivos, se tornaram limitados por conta das medidas de distanciamento social recomendadas pelos órgãos de saúde para conter a disseminação do coronavírus. Conforme expressa a entrevistada: **CNOA.1:**

“A gente ainda tem algumas restrições em virtude do decreto que ainda está em vigor, a gente não faz trabalhos ainda coletivos, a acolhida é acolhida individual, não se faz o acompanhamento PAIF em grupo e sim, individualizado e quando necessário, se aplica o instrumento de visita. Então hoje, o atendimento ainda está individualizado” (CNOA.1, 2022).

O decreto que a entrevistada CNOA.1 faz menção, é a Portaria nº 54 de 1º de abril de 2020, que reconhece a importância de o Estado brasileiro em garantir a oferta regular de serviços e programas socioassistenciais voltados à população mais vulnerável e em risco social e promover a integração necessária entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde. Tal portaria discorre acerca das recomendações sobre a funcionalidade desses serviços que, com a pandemia, passaram a ser essenciais.

Cabe destacar que é por meio da instrumentalidade que os (as) assistentes sociais objetivam suas intencionalidades. Guerra (2012, p. 7) nos diz que “a intencionalidade dos assistentes sociais passa a ser mediada pela própria lógica da institucionalização, pela dinâmica da instauração da profissão e pelas estruturas em que a profissão se insere”.

No que tange aos instrumentais utilizados pelos (as) assistentes sociais, estão elencadas as seguintes dimensões: teórico-metodológica, que diz respeito à capacidade de análise e problematização da realidade; técnico-operativa, na utilização da instrumentalidade para a efetivação do projeto de intervenção e; ético-político, no comprometimento com a ética e leis que regem a profissão e a instituição.

O projeto de intervenção profissional pode ser compreendido, a partir de Couto (2009), como um dos grandes desafios dos dias atuais para os (as) assistentes sociais, devido aos distintos entraves que podem ocorrer durante a atuação profissional. Assim, o projeto de intervenção profissional, constitui-se na formulação de projetos que irão materializar o trabalho a ser desenvolvido, de maneira a reconhecer como a intervenção irá responder às necessidades

sociais, que transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho aos quais a profissão é requerida. A autora afirma:

Em primeiro lugar, é preciso destacar que, do ponto de vista jurídico-legal, dois instrumentos são fundamentais nessa definição: a Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 1993), que regulamenta a profissão, e o Código de Ética de 1993 (CFESS, 1993), que define as competências e os valores éticos norteadores do trabalho profissional. Para além desses instrumentos legais que compõem o projeto ético-político da profissão, há um arsenal teórico de produções que reiteram as posições que vêm sendo construídas pela categoria profissional em defesa dos direitos sociais (COUTO, 2009, p. 1).

Logo, entende-se que é preciso estar atento às impressões do primeiro momento, sendo necessária uma reflexão em prol da melhoria da qualidade do serviço prestado à população. Segundo Yazbek (2010), os (as) assistentes sociais encontram em seu cotidiano profissional os reflexos de uma relação de subalternidade que se estabeleceu ao longo da história da sociedade brasileira:

Convivemos muito de perto com a experiência trágica de pertencer às classes subalternizadas em nossa sociedade; conhecemos o universo caracterizado por trajetórias de exploração, pobreza, opressão e resistência, observamos o crescimento da violência, da droga, e de outros códigos que sinalizam a condição subalterna [...] a resignação, a crença na felicidade das gerações futuras, o sofrimento expresso nas falas, nos silêncios, nas expressões corporais, nas linguagens além dos discursos (YAZBEK, 2010, p. 15).

Percebe-se então que, com os inúmeros desafios que o Serviço Social tem enfrentado durante a pandemia, devido às múltiplas demandas apresentadas pelos (as) usuários (as) e nos processos de trabalho em que está inserido, tal prática reflexiva acaba sendo prejudicada. Além disso, outro elemento que contribui para o agravamento dos desafios encontrados pelos (as) assistentes sociais durante o exercício profissional foi o fato do governo Bolsonaro possuir uma proposta neoconservadora.

“Acho que hoje, um dos principais desafios é a questão do próprio assistencialismo que retoma com força total, o conservadorismo ditado pelo atual governo federal que dá norte dessas políticas sociais, então esse é o grande desafio hoje para trabalhar com a questão da segurança alimentar e ficar restrito com trabalho emancipatório, como fazer isso um processo de cidadania, né?!” (CNOA.1).

Desde a eleição de Bolsonaro, a necessidade de aprofundamento crítico por parte dos (as) assistentes sociais ficou ainda maior devido a desmobilização social e o esvaziamento das políticas sociais, que são cada vez mais ameaçadas, inclusive nesse período pandêmico. A luta é pela defesa do projeto profissional e pela defesa de um projeto societário que promova uma nova ordem societária, que por sua vez torna-se fundamental para o movimento de resistência e superação da onda bolsonarista conservadora.

Outra luta que a profissão precisou travar contra as estratégias de cunho conservador do governo foi em relação à medida provisória que se pretendia lançar em 2021, intitulado “serviço social voluntário”, com o objetivo de ser “rampa” de transição entre a informalidade e a formalidade no emprego. Tal medida seria um retrocesso, pois direcionaria para a concepção equivocada sobre a profissão do Serviço Social, assim como teria um impacto na garantia dos direitos da população.

Sendo o Serviço Social uma profissão de nível superior, regulamentada, inscrita na divisão social do trabalho, que exige competências teóricas e técnicas, e que deve ser remunerada, não pode ser confundida com voluntarismo, altruísmo ou benesse (CFESS, 2021). Posteriormente a medida provisória foi assinada com a denominação “serviço civil voluntário”.

Há o uso da palavra “**voluntário**”, que remete ao voluntarismo, a bondade, fazer o bem ao próximo, mexendo com o sentimento das pessoas. Já o termo “Serviço Social” geraria uma série de equívocos, como a possível garantia de direitos sem a necessidade de formação de nível superior, a desvalorização da profissão e a resposta às demandas imediatas sem o olhar crítico para a realidade.

Diante disso, pode-se observar a manipulação no discurso do governo bolsonarista, por meio dessa Medida Provisória (MP), através das palavras utilizadas nos eventos comunicativos. Primeiramente pela mensagem, que tende a evidenciar uma ação em prol da empregabilidade formal, mostrando-se preocupado com segmentos populacionais que mais vivenciam a informalidade no mercado de trabalho, como os jovens de 18 a 29 anos.

Dentre os conceitos abordados por Dijk (2015) em suas obras, os modelos mentais estão diretamente interligados à imposição e à defesa de uma ideologia, ocorrendo através da manipulação e do controle do discurso:

A manipulação é um fenômeno social – especialmente porque ela envolve interação e abuso de poder entre grupos e atores sociais — é um fenômeno cognitivo, porque a manipulação sempre implica a manipulação das mentes

dos participantes, e é um fenômeno discursivo-semiótica, porque a manipulação é exercida através da escrita, da fala e das mensagens visuais (DIJK, 2015, p. 236).

Além disso, o autor afirma que os modelos mentais são de natureza pessoais, tendo funções relevantes nos grupos, passando também por dimensões individuais, fruto das experiências que ficaram marcadas na nossa memória.

A seguir, continuaremos caminhando para compreender os retrocessos em relação à visão do papel da profissão na sociedade.

3.2 CERCAS VELHAS: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO BENESSE

Em pleno ano de 2022, após muita luta para romper com pensamentos equivocados em relação ao papel da profissão de Serviço Social, é possível perceber que a categoria profissional voltou a ser vista como uma legião de pessoas bondosas que fazem caridade. Isso nos faz ter a sensação de caminhar em um jardim abandonado sem flores e frutos.

Essa analogia pode ser ilustrada pela fala da entrevistada CNOA1 que, ao ser questionada sobre suas percepções em relação à qualidade dos serviços ofertados pela rede de proteção básica, relata que a fome, enquanto expressão da questão social, voltou com força, acarretando o aumento da busca por cestas básicas pelos usuários durante a pandemia de COVID-19:

“Ela foi muito prejudicada por conta de que a gente passou a trabalhar com segurança alimentar, mesmo entendendo que era período de calamidade pública, mas isso volta aos históricos do nascimento da nossa profissão, da benevolência, da caridade, “por favor eu quero uma cesta básica”, e agora, para desmistificar tudo isso de novo?!” (CNOA1, 2022).

Nesse sentido, as “cercas velhas” que constituem o título desta sessão referem-se à percepção ultrapassada sobre o papel do Serviço Social associado à caridade, sobre a maneira de atender as demandas com imediatividade e não em prol da defesa de direitos. O “jardim abandonado”, faz referência ao cenário pandêmico e político, e o “sem flores e frutos” no sentido de acabar perdendo a direção, o rumo da atuação na rede de proteção básica.

É importante lembrar que as legislações e normativas, em relação aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) materializam, enquanto unidade pública estatal descentralizada, a Proteção Social Básica (PSB) nos territórios de vulnerabilidade e risco social

dos municípios, o que é previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Destaca-se que a Política de Assistência Social é uma política pública de direito para quem dela necessitar, de forma gratuita, na qual efetiva-se a responsabilidade estatal na oferta de serviços da política.

A Política Nacional de Assistência Social constitui os serviços da assistência social em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), sendo a PSE dividida em média e alta complexidade. Deliberando que para contemplar os objetivos da PSB, é necessária a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, conforme as situações demandadas pelas famílias e indivíduos, conforme disposto na LOAS (1993).

Assim, a PSB é executada pelos Centros de Referência de Assistência Social; pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social; e entidades sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social.

Segundo as legislações e normativas, o CRAS materializa, enquanto unidade pública estatal descentralizada, a Proteção Social Básica nos territórios de vulnerabilidade e risco social dos municípios, prevista no Sistema Único de Assistência Social, consolida a Política de Assistência Social, atende a quem dela necessitar de forma gratuita efetivando a responsabilidade estatal na oferta de serviços da política. É referência para todos os serviços socioassistenciais, tendo o compromisso de fazer a gestão da rede socioassistencial da PSB em seu território de abrangência, por meio da oferta dos serviços.

Os Centros de Referência em Assistência Social são a porta de entrada para todos os serviços socioassistenciais, com a responsabilidade de fazer a gestão da rede socioassistencial da PSB em seu território de abrangência, organiza a oferta dos serviços. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que objetiva a garantia, promoção e defesa dos direitos para as famílias residentes no território de abrangência dos serviços, programas e ações com caráter preventivo, protetivo e proativo, com vistas a prevenir as situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento das potencialidades das famílias, do território e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009, p. 9).

No entanto, com a diversidade de demandas apresentadas pela população usuária e o contexto pandêmico, tornou-se praticamente inviável conciliar a garantia, a promoção e a defesa dos direitos sociais, com as necessidades oriundas deste momento adverso. Demandas essas que muitas vezes estão além do papel do SUAS, conforme expressa CNOA1 (2022):

“A gente está há dois anos praticamente distribuindo alimentação que é necessário, mas também se entende que isso não é um papel da política do SUAS, então esse retrocesso, ele está ali, está dado, então a gente fica nessa linha tênue, de considerar os serviços, mas também tendo essa flexibilidade de que isso é algo que estava quase que intrínseco”.

A questão da insegurança alimentar se torna mais notória durante a pandemia de COVID-19. Contudo, é de conhecimento que ela inicia muito antes. A insegurança alimentar se concretiza quando o ex-presidente Bolsonaro extingue o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, uma das motivações para essa extinção era de desorganizar as políticas públicas, que nos governos anteriores, de Lula e Dilma, se tornaram referência mundial.

“Como não existe uma política de segurança alimentar, a FASC acabou assumindo esse exercício e a gente retrocede muito nesse perfil aí de usuário. Que aquele usuário que busca o serviço para procurar alimentação, por insegurança alimentar, por falta de condições de prover as suas necessidades básicas e isso vinha tentando superar pelo sistema único de assistência social”. (CNOA1, 2022).

O ex-presidente Bolsonaro, durante uma coletiva de imprensa, negou o aumento da fome e da desnutrição no país: "Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não" (JIMENÉZ, 2019, s/p).

Esse posicionamento vai na contramão dos dados Rede Penssan, que os repórteres Stropasolas e Gionanaz apresentam em reportagem veiculada pelo Brasil de Fato, dados esses reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) como os mais adequados para criar um Mapa da Fome no Brasil, apontam que a insegurança alimentar grave atingia 9% da população em 2020. “O relatório mais recente da própria FAO apontou que 23,5% da população brasileira, entre 2018 e 2020, deixou de comer por falta de dinheiro ou precisou reduzir a quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos” (STROPASOLAS; GIOVANAZ, 2021, s/p.).

O acesso ao discurso público do ex-presidente Bolsonaro nesse momento se torna perigoso, na medida em que acaba no senso comum, passando a ideia de que todos os brasileiros

e brasileiras têm acesso à alimentação ou possuem uma fonte de renda suficiente para não passar fome. Dijk (2015) em uma de suas obras cita um exemplo bastante conhecido “[...] discurso do governo e/ou da mídia sobre imigração e imigrantes, de modo a fazer com que cidadãos comuns coloquem a culpa da má situação econômica, tal como o desemprego, nos imigrantes, e não nas políticas governamentais” (DIJK, 2015, p. 234).

Para além disso, o discurso adotado pelo governo Bolsonaro contribui de forma significativa para o desmonte das políticas públicas e para os limites da atuação profissional na rede proteção básica, assim como não favorece a eliminação dessa expressão da questão social.

Observamos isso em relação à fome, pois Bolsonaro ocupa uma posição que é socialmente valorizada.

Essas falas corroboram com a proposta neoconservadora de seu governo, pois através do discurso ideológico, Bolsonaro consegue agir com persuasão, por meio de práticas ideológicas.

[...] ‘consciência’ de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma tal que seus interesses (do grupo ou classe) materializam-se (em princípio da Melhor maneira possível). Tanto a ideologia em si, quanto as práticas ideológicas derivadas dela são frequentemente adquiridas, exercidas ou organizadas por meio de várias instituições como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja, bem como por meio de instituições informais como a família [...] (DIJK, 2015, p. 47).

Outro exemplo desses discursos conservadores ocorreu em um evento de pré-candidatura. Bolsonaro comentou que não se tratava de uma luta da direita contra a esquerda, mas sim do bem contra o mal (MAZUI; MARTELLO, 2022). O ex-presidente Bolsonaro utilizou falas conservadoras, de moral e bons costumes, tentando através de falácias convencer os presentes de que o Partido dos Trabalhadores (PT) - partido anterior à sua eleição -, não era um partido que governava em prol da família. A partir deste discurso, observa-se que Bolsonaro realiza insinuações de que seria a salvação, para recuperar a moral do país, que segundo ele não existia. Essa concepção de salvação ficou evidente até no uso de seu próprio sobrenome – Messias - como instrumento político e incorporado no discurso de parte da população que o chamava de “Mito” (por ter sido candidato em 2018 com a campanha política de menor valor investido e por ter sobrevivido a uma facada que o transformou em mártir, vítima). Foi eleito sem ter participado de debate político, o que explica o pseudônimo de “mito”.

Na sessão seguinte, continuaremos o passeio com o aprofundamento desse diálogo, direcionando o olhar para o aumento das expressões da questão social, em especial da fome, elemento trazido com contundência nas falas das entrevistadas.

3.3 “O BALCÃO DE NEGÓCIOS E O BALCÃO DE BENEFÍCIOS” DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A entrevistada CNOA1, trabalhadora da rede de proteção básica, relata sobre o CRAS ter se tornado um balcão de benefícios durante a pandemia, já que as desigualdades sociais se agravaram nesse período. Tal relato atenta para limites, limitantes e condicionantes que, possivelmente, estejam ocorrendo na atuação profissional neste espaço institucional.

“[..]aquele usuário que busca o serviço para procurar alimentação, por insegurança alimentar, por falta de condições de prover as suas necessidades básicas e isso vinha tentando superar pelo sistema único de assistência social. Então hoje o CRAS é uma porta de benefícios. O balcão de negócios e o balcão de benefícios, então as pessoas vêm procurar hoje o auxílio Brasil, vale gás, desconto da taxa de energia elétrica, e por aí vai” (CNOA1, 2022).

Um estudo realizado com parceria da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), através do Observatório das Metrôpoles e o Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL), aponta a região metropolitana de Porto Alegre como a mais desigual do Sul do país e atribui parte do aumento das desigualdades a pandemia: “A desigualdade teve *boom* de crescimento em razão da pandemia. Isso mostra o quão necessário são as políticas sociais”, frisa André Salata, professor do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS (ABISMO, 2020, s/p).

O estudo evidencia a queda generalizada nos rendimentos do trabalho durante a pandemia. Cabe destacar que, percentualmente, houve uma baixa significativa entre os mais desfavorecidos. Prestemos atenção que esse estudo foi realizado no primeiro ano de pandemia, porém conforme demonstrado em sessões anteriores, essas desigualdades aumentaram com o passar dos últimos dois anos.

Conforme demonstram os dados apresentados no estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, publicados no dia 07 de junho de 2022, “Cerca de 33,1 milhões de brasileiros passam fome atualmente. Em pouco mais de um ano, houve um incremento de 14 milhões de pessoas na condição de não ter o que comer todos os

dias” (MARQUES; NALIN, 2022, s/p). Entendemos que, quando há queda nos rendimentos de trabalho, se gera o aumento das desigualdades sociais, entre elas o não acesso a alimentação de qualidade (MARQUES; NALIN, 2022, s/p).

Diante dessa realidade e do que foi exposto até aqui, percebe-se que há reflexos diretos nas demandas que são apresentadas na rede de proteção básica. Com isso, os desafios na práxis profissional sofrem acréscimos. O Serviço Social enquanto profissão inerentemente interventiva, que age de forma crítica frente as expressões da questão social, encontra limites em suas intervenções.

De acordo com o Conselho Federal do Serviço Social (CFESS, 2012), um dos princípios fundamentais do código de ética do (a) assistente social é o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. Partindo disso, compreende-se que o (a) assistente social possui o compromisso ético de lutar junto com a população usuária para a ampliação da proteção social, tão ameaçada diante da ofensiva neoliberal.

Ressalta-se ainda, a necessidade da plena compreensão da finalidade destes espaços, ou seja, porque eles estão sendo desenvolvidos, bem como de sua intencionalidade na ação e não somente na lógica de cumprir com um planejamento, sem considerar que a realidade está sempre em movimento.

No tocante à dimensão técnico-operativa do Serviço Social, ela se dá partir das demandas postas pelos sujeitos, podendo ser de caráter coletivo ou singular. Então, o (a) assistente social, a partir da finalidade assumida como horizonte para suas ações, define tanto o objetivo como o caráter da ação a ser empreendida, localizando-a nos limites e possibilidades colocados pela natureza dos espaços sócio-ocupacionais.

Conforme Mioto e Lima (2009), essa definição se realiza através da investigação e do conhecimento das necessidades da população, manifestadas pelas suas demandas e pela realidade particular de suas condições de vida, bem como em diálogo com os conhecimentos já produzidos sobre as particularidades das situações e, ainda, coerentes com a matriz teórico-metodológica que direciona determinado projeto profissional.

Com isso, não compete ao assistente social se tornar um mero executor da função que lhe é designada pela instituição, mas, sim, a partir de sua relativa autonomia, criar possibilidades interventivas para viabilizar o acesso às informações e à garantia de direitos dos usuários, ou

seja, é fundamental que o profissional incorpore em suas ações o que é, também, demandado por seus usuários.

Porém, dado ao contexto adverso de pandemia, político e do aumento constante das demandas apresentadas pelos (as) usuários (as), outro desafio encontrado pela categoria é conseguir viabilizar o acesso às informações e à garantia de direitos, e ao mesmo tempo executar todas as finalidades do CRAS.

“[...] hoje a política de assistência social, política do próprio cadastro único e do INSS, se resume a tu acessar aplicativos, então isso também traz uma exclusão digital muito grande para esse público, que um: não tem, né?! Esses instrumentos adequados, não tem internet e não tem conhecimento também para poder acessar esses instrumentos e fazer valer o seu direito. Então isso traz um corte muito grande...O próprio auxílio emergencial, né?! Foi solicitado por um aplicativo, não existia outra forma. Então isso também trouxe um grande processo de exclusão para a população que realmente necessita” (CNOA1, 2022).

Nesse momento podemos identificar o processo de dominação por parte do governo já que, com a pandemia, as desigualdades sociais se agravaram e o acesso à internet é reduzido, Dijk (2015, p. 237), afirma que “Uma análise mais profunda de dominação, definida como abuso de poder, requer o acesso especial aos (ou o controle sobre) recursos sociais escassos [...]”, o que acaba provocando maior exclusão social. Além disso, “[...] sua falta de acesso não é meramente definida em termos de exclusão racial ou étnica, mas também pela falta de acesso a uma boa educação, status, empregos ou capital atrelada à classe social e compartilhada com brancos pobres” (DIJK, 2015, p. 97).

Essa falta de acesso em tempos de ofensiva neoconservadora acaba limitando também a autonomia profissional. Para Iamamoto (2000), a autonomia relativa do (a) assistente social é pautada no projeto ético-político da profissão, tendo uma visão de mundo articulada a uma ética correspondente e ligada à ação, no sentido de interferir no comportamento dos homens no enfrentamento dos conflitos sociais.

Por meio da luta hegemônica, os (as) assistentes sociais enquanto cidadãos (ãs) e trabalhadores (as) tornam-se parte de um “sujeito-coletivo”, que partilham concepções e realizam, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política. Essa articulação precisa ser realizada pelo (a) assistente social, na perspectiva de proporcionar um espaço destinado aos (às) usuários (as) da política de assistência social.

Contudo, com as medidas necessárias de distanciamento social e da falta de planejamento de gestão e operacionalização da política de assistência social em situações de calamidade pública, a articulação foi prejudicada.

Tal prejuízo também está atrelado ao discurso negacionista do governo em relação às desigualdades sociais existentes e potencializadas durante a pandemia, negar a fome é negar uma série de vulnerabilidades. Se há fome, é porque não se tem condições suficientes de acesso ao mercado de trabalho; se não há acesso ao mercado de trabalho, quão pouco se terá para o acesso à internet. Precisamos atentar para todas as mensagens que possam estar contidas nos eventos comunicativos.

Posto isso, continuaremos nosso passeio, explorando o jardim. Na sessão a seguir, dialogaremos um pouco mais sobre os desafios do Serviço Social na rede de proteção básica no município de Porto Alegre, visando assim, desvelar as particularidades da atuação profissional na cidade. E, observaremos se os desafios, enfrentados pelos (as) assistentes sociais nos CRAS, estão relacionados ao discurso ideológico do governo Bolsonaro.

4. ALMEJANDO A ESTAÇÃO DAS FLORES: UM NOVO JARDIM BRASIL

Ao longo de nossa caminhada pelo jardim, entramos em um novo “portal”, o município de Porto Alegre/RS, já que é preciso conhecer a realidade do território para refletirmos sobre a atuação do Serviço Social, dentro do contexto político da pandemia na cidade. Para evitar que outras flores murchem, boas, esperançosas de diferenciadas ações serão necessárias, visando manter a esperança de que a política de assistência social possa chegar a todos (as) que dela necessitem. Por fim, trajetos mais tranquilos já estão sendo programados para um destino mais florido, onde se possa garantir estratégias, novas possibilidades e discussões positivas sobre a contribuição da análise crítica do discurso para o Serviço Social.

4.1 O GRAMADO ESTÁ MAIS VERDE? DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE PROTEÇÃO BÁSICA DE PORTO ALEGRE

Antes de atracarmos em nosso destino, precisamos recuperar o folego após nosso intenso e desafiador passeio, para que possamos observar e compreender a atuação do Serviço Social na rede de proteção básica em Porto Alegre/RS. Para isso, é necessário entender como ocorria a gestão do município no início da pandemia. Assim, abordaremos a gestão do antigo prefeito, Nelson Marchezan, e do atual prefeito, Sebastião Melo. Também demonstraremos, através das ações desses prefeitos, o quanto ambas as gestões têm consonância com o viés bolsonarista.

É de conhecimento que a PNAS atua de forma descentralizada. Para tanto, busca-se conhecer de que forma as crises Sanitária, Política e Humanitária se manifestam na cidade de Porto Alegre/RS e como essas crises impactam na atuação profissional de assistentes sociais inseridos(as) nesse processo e suas condições de trabalho antes e durante a pandemia de COVID-19. Logo no início da pandemia o então prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, anunciou no dia 17/09/2020, a extinção do Instituto da Estratégia da família (IMESF):

Em torno de 17 entidades sindicais que no mesmo ano da criação do IMESF ingressaram com uma ação de inconstitucionalidade. Essa ação foi considerada improcedente aqui no Tribunal de Justiça e a prefeitura recorreu ao longo de anos, mas quinta-feira passada, nós tivemos a decisão definitiva e irrecorrível e que torna isso um fato. O IMESF está declarado extinto e terá que ser baixado na junta comercial e aqueles contratos com funcionários terão que ser cancelados”, afirma o prefeito (KEPLER, 2020, s/p).

A extinção do IMESF durante uma pandemia, gerou impactos na vida de diversas pessoas, tanto por ser um órgão de significativa relevância para prevenção do COVID-19 em Porto Alegre/RS, quanto para os trabalhadores que vivenciavam um momento de medo e incertezas, que vieram a sofrer o desemprego, trabalhadores estes que por vezes são a única fonte de renda da sua família.

Para além disso, as desigualdades sociais existentes estão mais aparentes por conta da pandemia, como relata a sanitária e educadora social Daiana Santos.

Tem lugares que a gente chega tem aquele arroz com feijão, mas tem espaços muito mais precários, que a mãe não tem nem leite para dar para o filho. A gente está em 2020, estamos pautando tecnologia da informação nas escolas, estamos falando de ensino à distância, em quarentena, em responsabilidade com espaços e distanciamento social e tem gente que não tem comida na mesa. Esse é o abismo que a desigualdade vem deflagar nesse momento e não dá para colocar só na conta da pandemia (BOFILL, 2020, s/p).

Daiana atua no Fundo das Mulheres POA, projeto que atende mulheres chefes de família em vulnerabilidade social. Vale salientar que o projeto passou a atender mais mulheres durante a pandemia do que atendia antes, já que essas mulheres trabalhavam em serviços domésticos.

Em uma das entrevistas realizadas durante esse estudo, a entrevistada CP relata de forma bem impactante um dos desafios que vivencia durante o fazer profissional.

“Nós, técnicos, atendemos 3 mil, 4 mil pessoas no mês, demandando cestas básicas e a gente recebe 300, 400 cestas básicas. Então nós tínhamos que ter um jogo de cintura e decidir quem levava alimento ou quem não levava alimento para casa. Quem iria continuar passando fome ou que não passaria fome. Então essa decisão não tinha que ser nossa” (CP, 2022),

Pouco mais adiante, CP complementa sua fala e menciona: *“Então o posicionamento da FASC: ah, o alimento tá aqui, o que nós conseguimos de recurso é isso, não vamos dar conta de tudo, então decidam-se” (CP, 2022).*

Nesses trechos podemos encontrar desafios que não chegaram junto com a Pandemia de Covid 19, mas que se intensificaram com ela. Compreende-se que o ideal seria que a oferta de cestas básicas fosse proporcional à demanda, ou ainda, que a demanda não fosse tão expressiva. Contudo, frente a realidade é necessário refletir sobre como é definido e a quem cabe a definição das prioridades de usuários a serem atendidos. Com isso, identifica-se o dispositivo teórico *poder social* abordado por Dijk (2015):

[...] o poder não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos discursos, mas também que é relevante como força societal ‘por trás’ dos discursos. nesse momento a relação entre discurso de poder é próxima e constitui uma manifestação bastante direta do poder da classe, do grupo e da instituição e da posição ou status relativos de seus membros (DIJK, 2015, p. 44).

Seguindo nesse raciocínio, é necessário falar sobre o dispositivo *abuso de poder*. Que segundo Dijk (2015, p. 17), “Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder”.

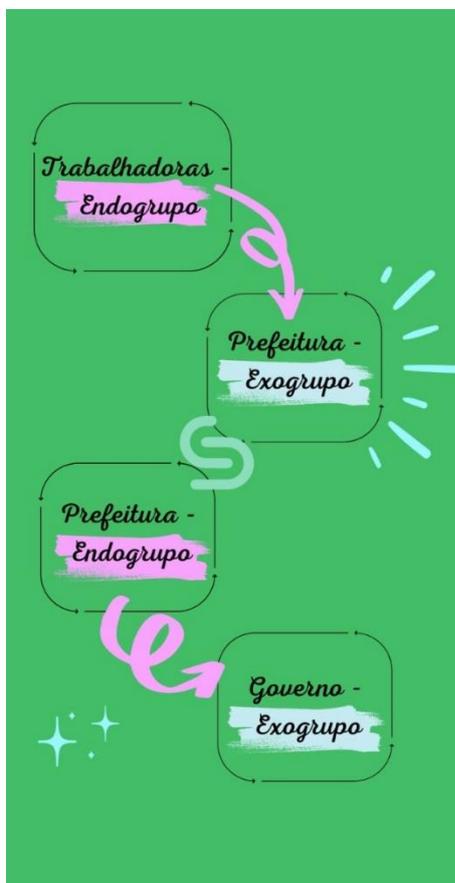
Assim, as questões que a entrevistada relata, que são enfrentadas pelo Serviço Social, em relação às cestas básicas, perpassam pela ideologia do governo Bolsonaro, que durante todo período pandêmico negou a gravidade da situação em prol dos interesses econômicos.

Essa afirmação encontra subsídio em outros dispositivos teóricos de Teun van Dijk, *endogrupo e exogrupo*:

O componente social de uma teoria da ideologia trata não só das situações e interações comunicativas ou práticas sociais no nível microscópico da ordem social, mas também da estrutura e organização social complexa e de alto nível. Já definimos ideologias como o tipo de crenças compartilhadas por grupos sociais e suas estruturas cognitivas e discursivas como polarizadas entre NÓS e ELES, entre endogrupos e exogrupos, e envolvendo a representação partilhada de identidades, objetivos, normas sociais e valores, recursos e interesses discursivos. Essa polarização precisa com frequência ser baseada em uma análise social em termos de poder, abuso de poder, dominação e resistência, inclusive de quais grupos têm acesso ao discurso público, tal como o da política, da mídia ou da educação – uma importante fonte de poder. (DIJK, 2016, p. 58).

Nesse sentido, compreende-se a relação de poder de um grupo sob o outro, em prol de seus interesses. Porém, nesse estudo identifica-se uma dicotomia nas posições dos grupos, pois ora os (as) trabalhadoras assistentes sociais da rede de proteção básica estão sendo *endogrupo enfrentando* desafios durante a prática profissional e ora em prol dos interesses da prefeitura, *exogrupo*. Porém, em outro momento a prefeitura fica com sua autonomia limitada, se tornando *endogrupo*, uma vez que o governo se coloca como opositor ao outro grupo, *exogrupo*. Conforme ilustramos abaixo:

Figura 5 – Endogrupo e Exogrupo



FONTE: Elaborado pela autora, 2022.

De uma forma mais global, inicialmente, toda a informação prejudicial ao endogrupo tenderá a permanecer implícita e que a informação desfavorável ao exogrupo será explícita, e vice-versa (os pontos negativos e os pontos positivos deles permanecerão implícitos). (DIJK, 2005).

Nesse sentido, nota-se que quando estudamos acerca do poder através dos discursos, é necessário considerar o abuso de poder existente nesses discursos. Porque é nesses momentos que ocorre a *dominância* de um grupo sob o outro. Conforme expressa Dijk: “Dominância é entendida aqui como uma forma de abuso de poder social, isto é, como exercício moral e legalmente ilegítimo de controle sobre outros em benefício ou interesse próprio de alguns, frequentemente resultando em desigualdade social” (DIJK, 2015, p. 88).

As autoras Guimarães e De Paula contribuem para essa compreensão quando afirmam:

Seu objeto de estudo centra-se não somente no poder, mas no abuso de poder, o que implica nas formas como um grupo domina outro, estabelecendo uma

relação de exaltação do endogrupo e de discriminação a tudo o que se refere ao exogrupo. Procura demonstrar como as desigualdades sociais são postas em prática no contexto social e político. Nesse sentido, a obra de van Dijk é uma análise crítica da reprodução discursiva do abuso de poder na perspectiva de denunciar as formas de dominação e subordinação de um grupo sobre outro. *O propósito da análise crítica do discurso é contribuir para uma mudança social em favor dos grupos dominados.* (GUIMARÃES; DE PAULA, 2020, pg. 698).

Durante a análise dos relatos trazidos nas entrevistas, identificou-se o quanto os dispositivos teóricos abordados nos estudos de Dijk, auxiliam na compreensão dos processos de trabalho em que as trabalhadoras se inserem.

Posto isso, seguimos rumo ao fim de nossa caminhada. Neste percurso final, conheceremos as estratégias que as Assistentes Sociais utilizam para que as flores parem de murchar e para que haja frutos.

4.2 NOVAS TRILHAS: OS VERDADEIROS MITOS

Nesse momento, nos dedicamos a conhecer as estratégias utilizadas pelo Serviço Social para garantir a qualidade dos serviços ofertados à população na rede de proteção básica, durante a pandemia, em meio a era bolsonarista. Para adquirirmos e compartilharmos o conhecimento apreendido, analisaremos as potencialidades da atuação profissional, a partir de relatos das trabalhadoras dos CRAS do município de Porto Alegre.

Ao longo desse estudo, ficou evidente a lamentável precarização, tanto da política de assistência social como do trabalho. Esse aspecto foi evidente pois apareceu de forma contundente em todas as entrevistas, seja de maneira verbal ou mesmo na escolha do silêncio mediante a essa pergunta. Conforme comenta CR5.2: *“Serviço Social já está precarizado devido a questão atual, o contexto atual do governo. Ele já está sendo uma política de assistência social que não está com evidência de como seria e deveria no governo federal”*.

Ainda sobre a mesma pergunta, outra entrevistada, CR5.1 diz: *“Se tivesse um orçamento, um projeto ou alguma coisa mais direcionada para emancipação do sujeito que a gente procura tanto na garantia de direitos, que se der acesso a continuidade - a gente poderia estar trabalhando em cima disso, mas a gente não se deu”*.

Já a entrevistada CLII.1 optou por não responder essa pergunta por conta ser contratada por meio de uma parceria. Conforme o site da prefeitura de Porto Alegre:

A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) possui uma Rede de Parcerias que somam 158 Organizações da Sociedade Civil (OSCs). São 286 Termos de Parcerias e 104 termos de fomento, que compõe 26 modalidades de atendimento a crianças, adolescentes, adultos, idosos, mulheres e pessoas em situação de rua (PORTO ALEGRE, s/d).

Com isso, nota-se que a forma de vínculo dos profissionais afetava a liberdade que eles entendiam dispor para participar da pesquisa. Percebe-se o quanto a precarização atual do mundo do trabalho tem impregnado os trabalhadores, fazendo com tenham medo constante de perder sua vaga.

Também se observa a lógica da racionalidade neoliberal que busca dividir os trabalhadores, fazendo-os acreditarem que são inimigos, contratados X parceiros. A tendência é fazê-los acreditar que não são todos parte da mesma classe, aquela que vive do trabalho, contribuindo com modelos sociais excludentes.

Quando a racionalidade neoliberal tem êxito em fazer desaparecer os poderes sociais, as reivindicações críticas enraizadas neles não são nada mais do que as lamúrias infundadas de "flocos de neve". Ao mesmo tempo, a redução neoliberal do cerceamento de liberdade à coerção põe os princípios (e as leis decorrentes deles] de igualdade, e inclusão como tirania do politicamente correto (BROWN, 2019, p. 54).

Nesse sentido, algumas falas do atual prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, no jornal Brasil de Fato, corroboram com a materialização da racionalidade neoliberal, que automaticamente estão em consonância com os discursos ideológicos do governo Bolsonaro, resultando na precarização da política de assistência social e, conseqüentemente, em desigualdades sociais.

Agora, eu acho que programa assistencial tem que ser libertador. Nós estamos apostando muito no microcrédito, que vai começar a ser operado. Ele é o seguinte: nós vamos usar o Cadastro Único e vamos pagar os juros para quem tomar o dinheiro, porque ele é um pequeno empreendedor. Mas ele vai ter uma preparação. O contrato que estamos fazendo com o Sebrae tem justamente uma condição de preparação das pessoas que tomarem o microcrédito. (MELO, 2022, s/p).

Mais adiante, em outro trecho, Melo expressa:

Essa questão do social é um desafio que está posto e tem que dialogar com a cidade educadora, que é aquela que olha para além do portão do colégio. Aqui tem que entrar uma política muito firme. Nós estamos estudando um projeto

que nós temos estudado muito, uma experiência da Colômbia, e estou falando isso pela primeira vez publicamente. Lá tem uma experiência que os alunos de baixa renda passam a receber um depósito por mês na conta do aluno, criando uma poupança, mas tem uma regra para tirar essa poupança, ele tem que ser um bom aluno. Eu estou muito inclinado a esse projeto (MELO, 2022)

Ainda, observa-se que na realidade do município de Porto Alegre/RS, a economia é posta na frente do social, uma vez que se proferem discursos com a ilusão da criação de novos programas sociais, que promovam o pleno acesso à educação, mas nada mais é de uma maneira perversa de fazer a economia girar, que ironicamente nos remete à Era Vargas.

Cabe aqui uma breve lembrança deste período. O Brasil, nos anos de 1930, vivenciou-se a “Era Vargas”, em que Getúlio Vargas era conhecido como o pai dos pobres e a mãe dos ricos e teve como marco principal a definitiva passagem de uma sociedade agrária para o começo de uma sociedade urbano-industrial. (PEREZ; PASSONE, 2010). O país vivia o processo de industrialização e as crianças tinham a tarefa de servir durante esse período.

Vargas modificou de forma significativa o cenário do Estado brasileiro, especialmente no que se refere aos direitos trabalhistas. Ficaram estabelecidos benefícios da previdência social, que eram acessados apenas por aqueles que trabalhavam e, ainda assim, as leis trabalhistas “[...] não possuíam caráter universal, e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores representava, no populismo, a regulação societária por intermédio do status profissional e social do indivíduo” (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 52). Além disso, foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública, que preconizava novos métodos de ensino, que centralizava na criança e na iniciativa de aquisição de conhecimento, tendo em vista inseri-la no mercado de trabalho (PEREZ; PASSONE, 2010).

Agora, de volta as condições de trabalho encontradas por Assistentes Sociais na rede de proteção básica de Porto Alegre e a precarização da política de assistência social, Guimarães e Martins corroboram:

Essa precarização, a partir da década de 1980 no Brasil, tem um significado amplo, pois atinge o trabalhador de forma que os custos com a força de trabalho sejam diminuídos e as obrigações que garantem proteção social sejam significativamente reduzidas ou eliminadas. Enfim, estamos considerando como precarização tudo aquilo que, de alguma forma, implique perda de direitos sociais, entre eles os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos pela legislação vigente. (GUIMARÃES; MARTINS, 2016, p. 374).

Diante disso, considera-se que as parcerizações realizadas pela prefeitura de Porto Alegre, são uma forma de diminuir gastos, bem como, os direitos trabalhistas de trabalhadores, por contratos com contratações menos onerosas. No tocante à política de assistência social, Guimarães e Martins afirmam:

A precarização na área da assistência pela ausência do cumprimento da legislação no que diz respeito à contratação da equipe necessária para atuar nos equipamentos da assistência faz com que ocorra uma sobrecarga do trabalho profissional, dando início a um círculo vicioso, pois isso também rebate no aluno em processo de supervisão, visto que as condições que lhe são impostas são condições de uma imediatividade no atendimento a uma crescente demanda, implicando uma degeneração qualitativa nas condições de trabalho (GUIMARÃES; MARTINS, 2016, p. 376).

Seguindo no diálogo acerca das condições de trabalho do Serviço Social na rede de proteção básica, a participante desse estudo, CR5.2 relata: “[...] então, eu, por exemplo, sou técnica assistente social contratada. Se fosse de fato, o ideal seria ser concursada, um RH. Conforme prevê a política de assistência, conforme prevê o SUAS.” Algo no mesmo sentido encontramos na fala de CLII.2: “[...] o RH nunca é condizente com a realidade.”

Com isso, infere-se que é necessário fazer uma reflexão crítica da realidade e pensar em estratégias de enfrentamento, para que, enquanto Assistentes Sociais, tenhamos condições dignas de trabalho para prestar um atendimento de qualidade à população usuária.

Assim, seguimos para o final de nosso passeio no Jardim, realizando anotações de nossas “conversas” para ver se de alguma forma podemos contribuir para o jardim ficar mais colorido e alegre, com acesso aos “adubos” adequados.

4.3 CORES NO JARDIM: POSSIBILIDADES DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REDE PROTEÇÃO BÁSICA

Na esperança de passeios mais tranquilos, nessa sessão demonstraremos as possíveis formas de contribuição da análise crítica do discurso no âmbito do Serviço social, visando contribuir com subsídios para o fortalecimento da política de assistência social, inclusive em situações de calamidade pública.

Com a análise crítica do discurso a partir da teoria de Dijk, percebe-se o quanto as relações de poder repercutem em desigualdades sociais. Até o final do ano de 2022, a população brasileira vivenciava um governo caracterizado por sua agenda ultraliberal, que atendia

prioritariamente aos interesses do capital, e com isso houvesse um potente acréscimo das expressões da Questão social no país. Como consequência dessa lógica observa-se o aumento expressivo das demandas nos serviços de proteção social.

Arelado a isso, as falas das entrevistadas contribuíram de forma contundente e inquestionável para a construção de estratégias de fortalecimento da política de assistência social, que são compreendidas como: A importância do investimento nas políticas públicas; A urgência do planejamento de ações para situações de calamidade pública; A Implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional e a Criação de um plano orçamentário contínuo. Conforme apresenta-se abaixo:

Figura 6 – Estratégias de Fortalecimento



FONTE: Elaborado pela autora, 2022.

A partir do acima descrito, pode-se afirmar que a produção do conhecimento não é realizada individualmente, pode-se afirmar que, logicamente, a construção destas estratégias só

foi possível através do processo de análise do material coletado durante as entrevistas. Nesse sentido, uma das perguntas do roteiro semiestruturado versava sobre as medidas por parte do governo federal que seriam necessárias, para que as Assistentes Sociais, da rede de proteção básica pudessem realizar os atendimentos com qualidade, inclusive em situações de calamidade pública.

Diante da relevância das respostas a este questionamento, bem como para a pesquisa como um todo, o quadro abaixo contempla as respostas de todas as entrevistadas:

Quadro 1 – Medidas necessárias para o atendimento à população usuária

Entrevistada	Resposta
CNOA.1	Eu acho que o governo poderia ter feito e fazer planos de ação, planos de trabalho específicos para cada região. “Olha, nessa região precisa mais investimento na assistência social, o que abrange isso. No outro, abrange isso”.
CLII.1	Bom, em primeiro lugar a gente se insere nos processos de trabalho, a gente está inserido numa política de assistente social, em primeiro lugar acho que retornar o processo do próprio SUAS, o investimento de políticas públicas, né?!
CLII.2	Não houve medidas, e nesse governo nunca haverá.
CR5.1	A gente conversa muito no trabalho, então a gente sempre pensa que a forma que o governo pode estar sempre contribuindo é com a informação. Principalmente com apoio às vacinas. É isso. A gente ainda tem muitas pessoas resistentes, embora a gente tenha um número de vacinados no país bem significativo, mas eu acho que isso é falta de informação
CR5.2	Primeiramente que fossemos reconhecidos como profissionais, estando na linha de frente.
CP.1	Um plano de segurança alimentar.
CP.2	Um orçamento para política Assistência Social.

Fonte: Quadro elaborado pela autora,2022.

Para este estudo, considera-se importante trazer a resposta de todas as participantes da pesquisa para elucidar, ainda que minimamente, uma das perguntas que mais contempla ao objetivo geral desse estudo.

A utilização da análise crítica em Dijk contribuiu de forma significativa no processo de análise desse estudo. Nesse sentido, para dar embasamento aos achados, utiliza-se alguns dispositivos teóricos do autor, ilustrados a seguir:

Figura 7 – Análise de Discurso em Dijk



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A partir disso, concluiu-se que os desafios encontrados pelo Serviço Social na operacionalização da política de assistência social, no contexto de pandemia estão relacionados, sim, com o discurso do governo Bolsonaro.

Conforme abordado nos capítulos anteriores, o discurso ideológico do governo Bolsonaro segue a lógica do capital, regida pela racionalidade neoliberal. Os discursos só possuem tal capacidade de alcance por conta da posição privilegiada que o ex-presidente Bolsonaro e seus aliados ocupam, posições essas que são socialmente valorizadas. Porém, esses discursos acabam sendo reproduzidos e, com isso, fomentam o aumento das desigualdades sociais, conforme afirma Dijk:

O acesso pode ser analisado em termos de tópicos ou referentes do discurso, ou seja, sobre quem se escreve e/ou se fala. Podemos supor que, como acontece com outros recursos sociais, mais acesso – de acordo com esses vários papéis dos participantes – corresponda a mais poder social. Em outras

palavras, as medidas de acesso ao discurso podem ser indicadores bastante confiáveis de poder de grupos sociais e de seus membros. (DIJK, 2015, pg. 90).

Diante disso, e lembrando que o(a) analista de discurso deve "aparecer" e que nenhum(a) pesquisador(a) social é neutro(a), é que, com muita alegria e honra, agradecemos à todas as incríveis mulheres, trabalhadoras que participaram de forma propositiva desse estudo. Afirmamos que o processo de conhecimento não foi fácil, além de todos os ataques que a educação e a ciência veem enfrentando nos últimos tempos e o perverso desmonte das políticas públicas, para além disto, a pesquisadora passou por um momento delicado de saúde, em que ficou 60 dias hospitalizada.

Tal aspecto é aqui mencionado, não pelo receio de haver fragilidade nesse estudo, mas como forma de demonstrar o movimento de resistência da pesquisadora, não desistindo de contribuir com a produção do conhecimento científico na área do Serviço Social, a partir da teoria de Dijk. Já que se reconhece o acesso ao discurso que a pesquisadora possui, busca-se o comprometimento ético-político da profissão, engajando-se na busca por uma sociedade mais justa, combatendo as diversas formas de discriminação e das desigualdades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: JARDIM EM CONSTANTE MANUTENÇÃO

Nessa primeira e inquietadora visita ao Jardim Brasil, vivenciamos grandes experiências. Ao explorarmos o jardim, conhecemos sua realidade e as particularidades de seu entorno, onde, de início, parece estar com tempo estável, um lindo domingo de sol com a brisa de verão batendo no rosto, como se os programas sociais e as políticas públicas atingissem a todos os seres do jardim de modo fácil e igualitário. Inclusive, foi o que assistimos durante uma *live* da página do Jardim Brasil, a qual dizia que o tempo estava firme e o gramado florido.

Porém, logo no início do passeio, vivenciamos a perigosa aventura de caminharmos sob um solo desprotegido, com várias flores murchas e outras morrendo rapidamente, sem tempo para salvá-las, pois não havia adubo para todas. Como exemplo disso, avistamos um perverso desmonte dos direitos sociais, congelamento de gastos, extinção de conselhos e programas sociais. O que nos faz refletir que, caso não houvesse essa perversidade, o passeio poderia ter sido mais leve e bem aproveitado.

Para compreendermos tudo o que estava acontecendo nosso Jardim Brasil, foi preciso “varrer todas as folhas” -, a partir de onde encontramos um tesouro. Neste tesouro, havia uma série de livros com um arcabouço teórico incrível, o qual contava a potente história da política de assistência social no país.

Durante o passeio, víamos que algumas pessoas sujaram bastante o espaço, fazendo com que muitos “seres” ficassem vulneráveis pela falta de cuidado adequado com o local. Contudo, havia uma equipe preparada - assistentes sociais -, que, com muita luta e capacitação, utilizaram as ferramentas necessárias para auxiliar no processo, ainda que o responsável – Bolsonaro - falasse que não havia necessidade e que tudo estava sob controle, pois o próprio vento do fim da tarde ficaria a cargo de “varrer a sujeira para longe”, e que tudo era culpa do “vizinho” – China. Foram momentos difíceis.

A população queria aproveitar o jardim e as crianças queriam brincar com segurança na praça, mas a sujeira, o medo e o descaso para com o espaço foi causando cada vez mais insegurança e indignação. Foi preciso fazer uma pausa e alguns questionamentos para compreendermos o que estava ocasionando tudo isto: será que a culpa é das pessoas? Ou é da forma que a administração do lugar estava sendo feita? Seria culpa da inexperiência do responsável nesse cargo? Por que será que a cada dia que passa o jardim está mais e mais vazio? Mesmo com tanta gente preocupada em proteger e garantir a revitalização do espaço e promover

a segurança do local, parece que Bolsonaro não teve uma conduta apropriada para sua preservação, pois as flores estão cada dia mais secas, murchas e sem cores, enquanto as cercas, os bancos e os brinquedos da praça estão ficando cada vez mais podres e imundos por conta do seu posicionamento e de seus aliados. Posicionamentos estes que mascaram discursos ideológicos, os quais se utilizam de modelos mentais e seguem a lógica do capital, focados em interesses econômicos somente.

Foram tantos os questionamentos que precisamos contar com o auxílio do estudioso Dijk (2005; 2015) para entender os elementos que ocasionaram tanta desordem no jardim. Para termos dados mais precisos, fomos conversar com as trabalhadoras que “atendem” no local, as quais nos relataram uma série de desafios, nos mostrando o quão desafiador está sendo enfrentar a proposta neoconservadora do responsável pelo jardim, que acarreta grandes obstáculos para a garantia de um jardim florido, sadio e germinante.

Para além disso, assim como as crianças reclamam e pedem por melhorias da praça por verem a grama do jardim vizinho ser mais verde e os brinquedos mais novos e acessíveis, os/as trabalhadores/as do jardim Brasil reivindicam maior quantidade de “adubos” e de equipamentos próprios para “jardinagem”.

Deixando agora a metáfora de lado, a população e a classe trabalhadora pedem por melhorias das políticas públicas, assim como sua ampliação, pois relatam que é preciso atender demandas que fogem do papel da instituição – CRAS- onde estão vinculados, como a insegurança alimentar.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil, em outubro de 2022, uma nova esperança surgiu, pois a díade direita X esquerda voltou com todas as forças trazendo uma expectativa de que novos “raios de sol” iluminarão nosso jardim. Contudo, há de se ressaltar que a vitória de Lula não foi expressiva, pois Bolsonaro, ao tentar a reeleição, obteve quase metade dos votos válidos. Em manchete o Diário do Poder destacou "Lula vence a eleição mais acirrada da história, com apenas 1,7 ponto à frente" (2022).

Isto significa que, embora mude o cenário político e a “administração do jardim”, o discurso ideológico bolsonarista ainda prevalece de forma impactante entre a população, o que certamente influenciará nas decisões do novo governo e na formulação das “novas regras de convivência” dentro do nosso jardim.

Assim como muda o cenário político, mudam as estratégias políticas e os discursos assumidos pela liderança nacional. Ou seja, com Lula assumindo a presidência, é natural que

suas ideologias passem a ganhar força. Um exemplo disso é seu discurso sobre o fim do Auxílio Brasil e a volta do Bolsa Família, que é uma estratégia de governo para ampliar seu leque de apoiadores visando a “revitalização” do nosso jardim. Portanto, nesse sentido, é preciso conversarmos com outros locais, com jardins vizinhos, e seguirmos os bons exemplos reais de melhorias dentro do nosso jardim Brasil.

Para tanto, não basta que apenas uma pessoa com base em seus interesses tome a decisão por todos ou que somente o novo presidente assuma as responsabilidades sozinho: é preciso que Lula honre seu compromisso como um líder de Estado, mas também que governe para todos(as), inclusive para aqueles que estão em maior vulnerabilidade, cuidando de todo o “jardim” e garantindo os direitos à população.

Da mesma forma, é preciso a consciência da sociedade referente aos discursos que consomem e reproduzem, pois é somente a partir do entendimento mútuo entre eles que as diferenças em relação à administração do jardim Brasil serão resolvidas.

Por fim, após longas “conversas” com as trabalhadoras do local, criamos estratégias para a manutenção e o florescimento desse lindo Jardim Brasil. Agora estamos com a esperança de que, com a nova administração do local, todo o espaço seja mais repleto de cores e luzes.

E como ~~ele~~ registrou o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2023: “Ainda que nos arranquem todas as flores, uma por uma, pétala por pétala, nós sabemos que é sempre tempo de replantio, e que a primavera há de chegar. E a primavera já chegou. Hoje, a alegria toma posse do Brasil, de braços dados com a esperança”.

Diante disso, qual era o seu objetivo de pesquisa? E em que medida ele foi alcançado? Ele oferece perspectiva para outros estudos?

Quem sabe, assim que as novas flores desabrocharem e devolverem a vida em cada canto do nosso jardim, não retomaremos esta conversa?

Aguardemos!

REFERÊNCIAS

ABISMO Social. Gaúcha Zero Hora. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3azrxGv>>. Acesso em: 27 out. 2020.

ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa de Almeida. **Vulnerabilidade Social**. Desenvolvimento Humano no Recife, Atlas Municipal, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3LFF5NE>>. Acesso em: 16 out. 2020.

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Ligia; MARTELLI, Carla. A pandemia e seus impactos no Brasil. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, v. 4, n. 1, p. 20-25, 2020.

BOFILL, Maria Eugenia. Não dá para colocar só na conta da pandemia', diz sanitarista de Porto Alegre sobre desigualdade social. Portal G1. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/07/15/nao-da-para-colocar-so-na-conta-da-pandemia-diz-sanitarista-de-porto-alegre-sobre-desigualdade-social.ghtml>>. Acesso em: 07 out. 2020.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente; tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 140, p. 66-83, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.238>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <<https://bit.ly/3xzo5Ui>>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Portaria nº 54, de 1º de abril de 2020**. Secretária nacional de assistência social do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe confere a portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do então ministério do desenvolvimento social e com fundamento no decreto

nº 9.674, de 02 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ooikj2>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

BRASIL. Presidente (2018-atual: Jair Messias Bolsonaro) **Pronunciamento do presidente da República**, Brasil, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3LG5ive>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: 2012. Disponível em: < <https://bit.ly/3NzE7Eo> >. Acesso em: 24 mar. 2020.

CONSELHO Federal de Serviço Social (CFESS). **Coronavírus**: e quem trabalha na política de assistência social?. Brasília, 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/3PDrQjt>>. Acesso em: 27 out. 2020.

CONSELHO Federal de Serviço Social (CFESS). Alerta: pessoas com deficiência já vivem tipo de “isolamento social” há tempos. Brasília, 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/3nfx7RH>>. Acesso em: 25 out 2020.

CONSELHO Federal de Serviço Social (CFESS). **Nota do CFESS sobre anúncio do programa 'Serviço Social voluntário'**. 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3zj4v0U>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

COSTA, António Firmino da. DESIGUALDADES SOCIAIS E PANDEMIA. In: CARMO, Renato Miguel do; TAVARES, Inês; C NDIDO, Ana Filipa (org.). **Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro**. Lisboa: Observatório das Desigualdades, 2020. p. 4-17. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26353/1/bookPart_78355.pdf>. Acesso em 13/11/22>. Acesso em: 17 nov. 2022.

COUTO, Berenice Roujas. Formulação de projeto de intervenção profissional. In: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009. Disponível em: < <https://bit.ly/3adEDJo> >. Acesso em: 30 nov. 2019.

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

DIARIO DO PODER. **Lula vence a eleição mais acirrada da História**, com apenas 1,7 ponto à frente. 2022. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/eleicoes-2022/lula-vence-a-eleicao-mais-acirrada-da-historia-com-apenas-17-ponto-a-frente>. Acesso em: 12 dez. 2022.

DIJK, T. A. **Discurso, Notícia e Ideologia**: Estudos na Análise Crítica do Discurso. 1 ed. Porto: Campo das Letras, 2005.

DIJK, T. A. **Discurso e Contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DUARTE, Marco José de Oliveira; SILVA, Evelyn Melo da; BARROS, Leonardo Patrício de. “Combinaram de nos matar, combinamos de não morrer”: necropolítica e lutas antirracistas. In: VASCONCELOS, Ana Maria de; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; VELOSO, Renato (org.). **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS**. Minas Gerais: Navegando, 2021. p. 185-204.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1991.

GUERRA, Iolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MARTINS, Paulo Roberto. Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana. **Revista Katálysis**, v. 19, p. 370-379, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LCY7jwPyXdHLMnqZtxZCFYq/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; DE PAULA, Marlúbia Corrêa. ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA: ENTRE A ANÁLISE DE CONTEÚDO E A ANÁLISE DE DISCURSO. **Revista Pesquisa Qualitativa**, 2020.

GUIMARÃES, Eliane Martins de Souza. As relações familiares como pauta de intervenção na saúde: considerações para os tempos ultraneoliberais. In: VASCONCELOS, Ana Maria de; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; VELOSO, Renato (org.). **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS**. Minas Gerais: Navegando, 2021. p. 185-204.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; PAULA, Marlúbia Corrêa de. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DE VAN DIJK: caracterizando alguns conceitos. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; PAULA, Marlúbia Corrêa de (org.). **TEORIAS DA ANÁLISE DO DISCURSO**:: contribuições de michelpêcheux e teun van dijk à pesquisa social.. São Paulo: Alexa Cultural, 2022. p. 165-178.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

JIMÉNEZ, C. Bolsonaro: “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista”. *Jornal El País* (online). 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html>. Acesso em: 14 de mai. 2022.

KELLER, Suéllen B. Alves. **A ofensiva do conservadorismo: serviço social em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 308p.

KEPLER, Guilherme. Após decisão do STF, Marchezan anuncia extinção do Instituto de Saúde da Família. **Rádio Guaíba**. Porto Alegre, 2020. Disponível em:

<<https://guaiba.com.br/2019/09/17/apos-decisao-do-stf-marchezan-anuncia-extincao-do-instituto-de-saude-da-familia/?amp=1>> . Acesso em: 27 out. 2020.

LEWGOY, A. M. B., SILVEIRA, E. M. C. **A entrevista nos processos de trabalho**. Textos & Contextos (Porto Alegre), 2007.

LULA, Luis Inácio. Discurso de Posse Presidencial. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/01/posse-lula-integra-discurso-rampa-faixa.htm>>. Acesso em: 01 jan. 2023.

MARQUES, Carolina; NALIN, Jéssica. O Globo. Fome atinge 33,1 milhões de brasileiros, 14 milhões a mais em pouco mais de um ano. 2022. Disponível em: <<http://glo.bo/3b9JwUm>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

MAZUI, Guilherme; MARTELLO, Alexandro. Bolsonaro diz que disputa política não é da esquerda contra a direita, mas do 'bem contra o mal'. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/27/bolsonaro-encontro-nacional-pl.ghtml>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MELO, Sebastião. Sebastião Melo: 'O Plano Diretor que vamos mandar para a Câmara será bastante liberal'. VELLEDA, Luciano e GOMES. Sul21, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/03/emenda-95-o-enfraquecimento-do-pacto-social>. Acesso em: 24 nov. 2022

MENDONÇA, Heloísa. El País. Na véspera da Consciência Negra, cliente negro é espancado até a morte em loja do Carrefour de Porto Alegre. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-20/na-vespera-da-consciencia-negra-cliente-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-loja-do-carrefour-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

MIOTO, Regina Célia; LIMA, Telma Cristiane. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre v. 8 n.1 p. 22-48. jan./jun. 2009.

NASCIMENTO, Jeferson. **A epidemia de desigualdade no Brasil**. OXFAM, Brasil, 16 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3PI1qxe>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: TEIXEIRA, Marlene. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho. São Paulo, Cortez, 2006.

PEREZ, J. R. R.; PASSIONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2010. v. 40, n. 140, Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p.

PORTO ALEGRE. Fasc. Prefeitura de Porto Alegre. Parcerias. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/fasc/parcerias>. Acesso em: 19 nov. 2022.

QUEIROZ, Vitória. 2 anos de covid: relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. **Poder360**. s/l. 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

REINHOLZ, Fabiana. Emenda 95, o enfraquecimento do pacto social. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/03/emenda-95-o-enfraquecimento-do-pacto-social>. Acesso em: 24 out. 2022.

RIBEIRO, Matheus R. Yahoo Notícias. Brasil, 200 mil mortes por Covid: 200 frases de bolsonaro minimizando a pandemia. 200 frases de Bolsonaro minimizando a pandemia. 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/200-frases-de-bolsonaro-minimizando-a-pandemia-do-coronavirus-203647435.html?guccounter=1>. Acesso em: 25 nov. 2022.

STROPASOLAS, Pedro e GIOVANAZ, Daniel. (São Paulo). Brasil de Fato. "Brasil com fome:" pandemia e desmonte do estado agravam drama dos trabalhadores. pandemia e desmonte do Estado agravam drama dos trabalhadores. 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3zmxOjc>> Acesso em: 05 jun. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social e Pobreza**. Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2 p. 153 – 154 jul/dez. 2010. Disponível em: < <https://bit.ly/3NPULPS> >. Acesso em: 15 abr. 2018.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, professora Gleny T. D. Guimarães e a mestranda Clarissa Constant de Constant responsáveis pela pesquisa SERVIÇO SOCIAL E COVID-19: DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário nesse estudo.

Esta pesquisa pretende analisar se os desafios para o Serviço Social, na operacionalização da política de assistência social, durante a pandemia estão relacionados com o abuso de poder e/ou poder social. Acreditamos que ela seja importante para contribuir com subsídios para o fortalecimento da rede e da gestão dessa Política. Para sua realização será realizado entrevistas com Assistentes Sociais trabalhadores da rede de proteção básica no município de Porto Alegre. Sua participação constará de participante voluntário, contribuindo com a troca de saberes e vivências que podem colaborar com o fortalecimento da rede de proteção básica. **Você foi convidado(a) a participar de uma entrevista que tem previsão máxima de tempo em torno de uma hora.** Você tem liberdade de responder somente o que desejar, sem precisar expor seus motivos, ou mesmo deixar de participar em qualquer tempo. A entrevista será gravada a fim de melhor registro dos dados coletados. **É possível que haja desconfortos ou riscos, porém, os riscos a que você está exposto por participar dos procedimentos previstos é mínimo, semelhantes aos que podem acontecer quando você fala a seu respeito nas relações sociais. Quanto aos possíveis desconfortos associados estão a verbalização de acontecimentos importantes, o que pode acarretar cansaço ou estresse. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que resulte da sua participação no estudo.**

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, via e-mail com Gleny T. D. Guimarães pelos telefones (gleny@puers.br) e com Clarissa C. de Constant (cla.pga@gmail.com), bem como, em caso de algum problema relacionado com a pesquisa você poderá contatar-nos, bem como estaremos disponíveis para atendê-lo na sala 204 do núcleo de pesquisa, localizada no 2º andar, prédio 9 na PUCRS, as quartas-feiras das 14 às 17 horas.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão. Sua decisão em participar não acarreta qualquer risco ou dano que venha causar algum tipo de desconforto para responder determinadas questões.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente composto de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não renuncia nenhum direito legal que teria de outra forma.

Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas. Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Eu, _____, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando-me claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expresse minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do participante da pesquisa ou de seu representante legal

**APÊNDICE B – APROVAÇÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Porto Alegre, 23 de novembro de 2021.

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Ilma. Coordenadora do Comitê de Ética
Profa. Dra. Denise Cantarelli Machado

Prezada coordenadora,

Conforme solicitado no parecer nº 5.118.658, datado de 22 de novembro de 2021, sobre a apreciação do projeto de pesquisa "SERVIÇO SOCIAL E COVID-19: DESAFIOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL" de CAAE 53307221.5.0000.5336, estamos encaminhando o TCLE com as correções sugeridas para nova apreciação.

Conforme recomendação do relator, adaptamos o TCLE com o tempo de duração das entrevistas, o direito à indenização por qualquer dano sofrido pelo participante e os esclarecimentos ao participante quanto à LGPD.

Aguardando avaliação de parecer deste comitê, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Gleny T. D. Guimarães
Programa de Pós-graduação em Serviço Social - Escola de Humanidades
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CARTA DE CONHECIMENTO DO RESPONSÁVEL PELO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PROJETO

Porto Alegre, 03 de novembro de 2021.

Ao comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS
Prezados Senhores

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de Pesquisa intitulado “SERVIÇO SOCIAL E COVID-19: DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL” proposto pelo pesquisador principal GLENY T. D. GUIMARÃES e a auxiliar pesquisadora mestranda CLARISSA CONSTANT DE CONSTANT

O referido projeto será em 10 CRAS do município Porto Alegre/RS, escolhidos por meio de sorteio, e só poderá ocorrer a partir da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,



98.505.901/0001-00

UNIDADE DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E CIDADANIA
Av. Itália nº 310
Faz. de Vendas, CEP 910 160-900
Porto Alegre - RS

Porto Alegre, de 30 agosto de 2021.

À Fundação de Assistência Social e Cidadania.

Vimos por meio desta, apresentar o projeto de pesquisa de mestrado intitulado “SERVIÇO SOCIAL E COVID-19: DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL” sob responsabilidade da Profª. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães, tendo como mestranda Clarissa Constant de Constant. O estudo tem como objetivo pretende analisar se os desafios para o Serviço Social, na operacionalização da política de assistência social, no contexto de pandemia estão relacionados com o abuso de poder. Acreditamos que ela seja importante porque contribuir com subsídios para o fortalecimento da rede e da gestão dessa Política.

Será mantido sigilo sobre as informações coletadas, todos os participantes, bem como seus locais de atuação serão desidentificados, sendo o anonimato garantido durante e após a pesquisa, bem como nos resultados a serem publicados. O consentimento dos profissionais, para participação no estudo, se dará por meio de processo de consentimento livre e esclarecido, conforme prevê a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. As atividades de coleta de dados da pesquisa, após as aprovações institucionais, estão previstas para realização durante os meses de novembro de 2021 a março de 2022 na modalidade online, pela plataforma Zoom.

Diante do exposto, venho, respeitosamente, solicitar a autorização institucional Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, para a coleta de dados e desenvolvimento da pesquisa apresentada. A autorização para realização da mesma será parte integrante da submissão do projeto na Plataforma Brasil e a coleta de dados somente terá início após autorização da mesma.

Colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, deixamos à disposição os contatos da pesquisadora responsável, através do e-mail: gleny@puccrs.br ou do telefone (51) 98442-2888, ou da mestranda, através do e-mail: priscilla.rsr@gmail.com e telefone (51) 98341-1616. Agradecemos antecipadamente toda a atenção dispensada ao aqui apresentado e solicitado.



Caso haja concordância institucional na realização da pesquisa, e para facilitar os procedimentos, tomamos a liberdade de encaminhar em anexo um modelo de autorização institucional utilizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade que deverá ser preenchido e assinado pelo coordenador dessa mesma instituição.

Porto Alegre, 14 de setembro de 2021.

Gleny Terezinha Duro Guimarães



Pesquisadora responsável e orientadora

Clarissa Constant de Constant



Mestranda

**APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM
PESQUISA**

Código	Profissional	Data

1. Há quanto tempo você trabalha na instituição?
De 1 a 3 anos () De 4 a 6 () De 6 a 8 () Mais de 8 anos ()
2. Comente sobre as demandas apresentadas pela população usuária desse CRAS.
3. Como você buscou informações para executar as atividades durante a pandemia?
4. Comparando os atendimentos antes e depois da pandemia, comente sobre as diferenças entre ambos.
5. Como você percebe a qualidade dos serviços ofertados pela rede de proteção básica, no atendimento ao usuário, desde que iniciou a pandemia até o momento?
6. Comente sobre os serviços mais afetados e as consequências para o usuário.
7. O fluxo de atendimento hoje é o mesmo de antes da pandemia? Por quê?
Sim () Não ()
8. De que forma os serviços de atendimento a família estão sendo realizados?
9. Como você percebe as condições de trabalho do serviço social antes e depois da pandemia?
10. Comente sobre os principais desafios encontrados pelo Serviço social durante a pandemia?
11. De que forma você percebe as ações do governo Bolsonaro no enfrentamento à crise sanitária? E como essas ações impactaram no trabalho dos Assistentes Sociais da rede de proteção básica?
12. Como você percebe o apoio/incentivo por parte da FASC antes e durante a pandemia, para operacionalização da política de Assistência Social?
13. Como você percebe as ações e orientações do governo federal para a operacionalização da política de Assistência Social?

14. Sabendo da alta demanda do Serviço Social em situações de calamidade pública, que medidas por parte do governo federal, você acha necessárias para que os (as) Assistentes Sociais, da rede de proteção básica possam realizar os atendimentos com qualidade?
15. Como você percebe o discurso e posicionamento do governo federal impactando na política de Assistência Social?
16. Você conhece alguma publicação (de jornais, revista, rede social, livros) sobre o governo federal se posicionar de forma direta ou indireta em relação a política de Assistência Social?
17. Foi produzido algum material de orientação aos profissionais, sobre o funcionamento e atendimento da política de Assistência Social, elaborado pela FASC e/ou governo federal, após o início da pandemia.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br